



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÊNIO DE 2013/2017**

**ATA NÚMERO TRÊS**

**----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE. -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da lei número 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de vinte e nove de Novembro de dois mil e treze. -----**

**----- Ponto Um ponto Dois) – Leitura resumida do expediente. -----**

**----- Ponto um Ponto Três) – Período para intervenções. -----**

**----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Um) – Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Dois) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Três) - Apreciação e Votação da Modificação número:2 – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 2 para o ano financeiro de 2014. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número:4 – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 4 para o ano financeiro de 2014. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Conselho Municipal de Segurança. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Seis) - Conhecimento da “ Resolução – Cuidados de Saúde e Financiamento da Unidade Local de Saúde do Nordeste”. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Sete) – Concurso Público para a Prestação de**

**Serviços de “Exploração e Manutenção de todas as Estações de Tratamento de Águas Residuais e Estações Elevatórias a elas associadas, do Município de Vimioso – 3 ETAR”S Clássicas, 25 ETAR”S Compactas e 14 Estações Elevatórias – Autorização Prévia da Assembleia Municipal, e Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica para Instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BTE e BTN9, Iluminação Pública (IP) e Instalações Sazonais (BTN-Sazonal) do Município de Vimioso – Autorização Prévia da Assembleia Municipal. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Oito) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

**----- Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----**

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores membros da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merênciã R. Rodrigues Machado, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Sérgio Augusto Pires, António dos Santos João Vaz, Hélder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, José Manuel Alves Ventura. -----

----- Faltaram os senhores membros da Assembleia Carlos Manuel Ataíde Fernandes e André Fernandes Ramos. -----

Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os senhores Vereadores António Augusto Torrão Vaz, Licínio Ramos Martins e Heleno da Costa Simões. -----

**----- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de 29 de Novembro de dois mil e treze. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na Ata. -----

----- No uso da palavra o senhor membro da assembleia, José Manuel Grando Afonso apontou algumas correções a introduzir na ata. Questionou a mesa acerca da eleição dos representantes para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM dado que não consta, na ata, a sua eleição, mas recebeu convocatória da referida assembleia. Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia tendo referido que teria havido lapso na indicação para a CIM. -----

----- Colocada à votação a ata foi aprovada por maioria. Abstiveram-se os senhores Presidentes da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Sérgio Pires e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão Manuel Pascoal Lopes Padrão que justificaram o seu sentido de voto por não terem estado presentes. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor vereador Heleno Simões. Cumprimentou todos os elementos da Assembleia tendo desejado, a todos, um bom trabalho em prol do concelho. Continuou dizendo:” Queria prestar uma informação e fazer um pedido aos Presidentes de Junta: a partir do próximo dia dez de Março, e como é habitual de dois em dois anos, a Liga Portuguesa contra o Cancro, em colaboração com o Centro de Saúde de Vimioso, vai proceder ao rastreio do Cancro da mama às mulheres entre os quarenta e cinco e os sessenta e nove anos. Inicia-se dia dez de Março e prolonga-se cerca de três semanas, ou mais, até terminar todas as mamografias de rastreio. Nos anos anteriores temos solicitado a colaboração dos presidentes da junta, dá-nos mais garantias da entrega da convocatória, a convocatória é personalizada, porque pelos correios temos sabido que muitas vezes chegam atrasadas e outras vezes nem chegam ao destino. Nos anos anteriores a adesão tem sido de noventa, noventa e cinco por cento, também visto que, temos a certeza que as cartas são todas entregues em mão. Queria agradecer aos presidentes da junta pela colaboração que irão prestar e concerteza que as senhoras nestas idades irão ficar agradecidas. Queria também agradecer ao Senhor Presidente da Câmara pela

disponibilização do autocarro que vai às aldeias transportar as senhoras que vêm fazer o rastreio. O autocarro vai, as pessoas vêm ao Centro de Saúde e regressam após a última pessoa daquele grupo ter feito o rastreio. Este apoio é fundamental porque muitas vezes as pessoas, principalmente as de mais longe, têm sempre o problema do transporte. Agradecia que os presidentes da junta fizessem um trabalho de campo no sentido de incentivarem as pessoas a virem, e que o transporte não será problema. Se não puderem vir, porque às vezes, nós temos que admitir que poderá haver um lapso quer da Liga quer nosso, de que eventualmente uma senhora que não foi convocada, não recebeu a carta por qualquer problema enfim que nós assumimos também aí alguma culpa, se ela está nesta idade quarenta e cinco sessenta e nove anos que comunique ao Centro de Saúde porque ela não foi excluída, por algum lapso não foi convocada, que telefone para o Centro de Saúde que nós vamos ver o que se passa. Uma senhora que está a ser seguida, quer na Liga quer no IPO, não vai ser convocada. Ela pode eventualmente não saber mas se ela nos comunicar já sabemos que ela está a ser seguida, donde não é convocada para fazer rastreio.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Obrigado Dr. Heleno pela informação que nos trouxe. O assunto é sério, muito sério mesmo, e atinge alguns foros de gravidade porque se sabe que o cancro da mama é a doença oncológica que mais mulheres mata no país. A propósito do meu amigo Dr. Heleno distribuir as convocatórias pelos presidentes de junta, ainda bem que o faz, porque eu trazia aqui um problema grave que aflige e preocupa hoje as populações do concelho. CTT: os velhos CTT com todas as problemáticas que isto envolve. O correio não chega às pessoas, ou não fazem chegar as mensagens às pessoas da melhor maneira. Gravíssimo. Tenho algumas questões a colocar que resumem tudo: é grave porque estão a chegar provas de vida de França aos pensionistas, as provas de vida não são feitas de imediato e, quando a prova de vida não chega ao organismo francês, a pensão é suspensa. Só o pensionista e o presidente da junta sabem o trabalho que isto implica, as implicâncias que isto tem para reaver a pensão, é grave. Outras situações existem que as cartas não chegam, quando chegam é a casas onde o beneficiário não existe. Não quero acreditar nisto! Outras vão parar à sarjeta. Não há qualificação, vamos chamar as coisas

pelo nome, agarrar os bois pelos cornos e não fugir às questões. Preocupa-me de facto porque, além de familiares meus que são pensionistas, outros familiares de outras pessoas que aqui representam a voz do povo também o são, e além de não serem pensionistas são beneficiários de outras instituições, têm que ser contactados pelas finanças, pelo Centro de Saúde (o Heleno fez prova disso ao entregar-nos as cartas). Ele sabe que as cartas chegam que as convocatórias chegam, se as mandasse pelo correio nada lhe garantiria, nem que fossem com aviso de receção que elas chegassem, não quero ir mais longe. A situação é grave. Eu próprio já contactei os CTT acho que o município o deve fazer esteja quem quer que esteja em jogo, acho que acima de uma pessoa têm que estar muitas pessoas e nós aqui não representamos políticas nem representamos partidos, representamos pessoas que nos elegeram independentemente da cor política ou partidária. Também a propósito tenho visto na comunicação social algumas notícias sobre os tribunais que preocupam toda a gente. Tribunais que encerram, tribunais que são secções de proximidade, eu gostaria que o município dissesse pela voz dos seus responsáveis e que dissesse a esta Assembleia e ao povo também lá fora, porque é necessário que esta mensagem chegue ao povo. Eu não sei qual é a situação dos tribunais mas é necessário que a mensagem sobre estas questões chegue às pessoas, ou através dos presidentes da junta ou através de esclarecimentos prestados à saída da igreja, seja como for o que importa é que chegue. Porque preocupa as pessoas o pensarem que terão de se deslocar para outras localidades a propósito de contactá-los de qualquer forma ou em julgamentos ou em requerimentos de qualquer forma nos seus tribunais. Isto é preocupante. Por outro lado, parece que há ameaças de encerramento, não sei se há, se não há, não estou bem a par da questão, agradeço que me esclareçam. Quando vem uma ameaça de encerramento vem sempre outras recordações de encerramentos e outras ameaças de encerramento e as pessoas questionam-se e relembram, já fechou aqui, já fechou acolá, eu gostaria que me informassem se é possível aqui e agora o que é que fechou já em Vimioso o que é que encerrou e o que ameaça encerrar, quando, como e porquê? Ainda a propósito de encerramentos gostaria que me informasse o município se há ou não expectativas fundamentadas no que respeita à manutenção do helicóptero em Macedo de Cavaleiros. O helicóptero em Macedo de Cavaleiros é uma questão de saúde públi-

ca. O helicóptero salvou muitas vidas, é necessário o helicóptero, assim como a VEMER todos os meios de combate à doença de primeiro socorro, é bom que existam porque já salvaram centenas de vidas, mas bastava que salvasse só uma vida para se justificar. Gostaria que também me informassem se o helicóptero é para manter e, se não, o que é que o município poderá fazer ou já fez para que este equipamento não desapareça do distrito. Queria-me referir também à Feira de Artes e Ofícios. A Feira de Artes e Ofícios criada em noventa e oito por um fulano qualquer, é uma feira que vingou, pecou talvez por ser uma feira multifuncional porque na altura eu não me preocupava, o que eu queria era que a feira se fizesse em parceria com outras instituições obviamente, com a Câmara, a Misericórdia, os comerciantes, é óbvio, mas o seu a seu dono. E na altura, embora sendo apoiado, também me senti um pouco a remar contra a maré porque as primeiras feiras nunca eram perfeitas. Foi com prazer e até com alguma emoção que vi que houve empresários, que são hoje empresários porque se sentiram motivados pela feira nomeadamente enchidos, não falo no Jorge Fernandes com o mel. Dá-me prazer ver que há qualidade hoje em Vimioso. A Bioápis é uma empresa hoje conhecida quase no país e internacionalmente. Mas a propósito de enchidos aquelas empresas quase familiares instalaram-se a pensar na Feira de Artes e Ofícios, a pensar que criaram condições para comercializar os seus produtos. Daí que me sinta feliz e lanço um desafio à Câmara no sentido de alterar um pouco a feira porque hoje a feira em vez de ser tão diversificada se calhar teria que ser mais vocacionada para uma certa especialização, digamos potencialmente comercializar alguns produtos. Teríamos que partir para a sua estruturação no âmbito da mirandesa, do mel do Jorge Fernandes a Bioápis. Deve ser criado um grupo de trabalho por forma a dar-lhe uma outra dimensão mais especializada com outro suporte. Ainda a propósito de ligações, é sabido que o túnel do Marão vai ser colocado a concurso muito brevemente. Acho que o momento é propício para nós, uma vez que a auto-estrada a A4 vai ser concluída, o momento é benéfico às reivindicações de outras soluções. E nada melhor do que aproveitar este momento esta embalagem para Vimioso reivindicar também a construção da sua acessibilidade, há tanto tempo reivindicada! É claro que eu defendo sempre, e é conhecida a minha posição, defendi sempre outra solução que não aquela que está projetada. Mas cá estaremos para este debate, o que é certo é que temos que apro-

veitar este momento para dizer: o túnel do Marão é indispensável mas também há outras indispensabilidades, nós somos gente, nós existimos, reivindicamos também para nós melhores acessibilidades para a auto-estrada. Isto a propósito de, há vinte anos, num grande congresso no Cairo foi dito ou foi concluído que as mega-cidades estariam no futuro impossíveis de habitar, porque não ofereceriam condições de vida às pessoas. Portanto há que criar condições, se as mega-cidades são impossíveis de habitar porque não oferecem condições de vida na área da saúde sobretudo às pessoas, é bom que se criem condições para que as pessoas possam habitar noutros locais nomeadamente este concelho que terá ficado, salvo erro, em décimo primeiro lugar em matéria de qualidade de vida no país. Há que publicitar isso, há que continuar a criar essas condições, há que as desenvolver, há que acreditar nelas, e se acreditamos nelas publicitá-las para que as pessoas possam de facto fazer disto também o seu habitat natural. Por último há uma questão que me preocupa e acho que preocupa todos os presidentes de junta, que são os autos de verificação de óbito. Eu já ando para trazer isto à Assembleia há anos mas nunca o fiz para que não pensem que me escuso a esse trabalho. O auto de verificação de óbito que o presidente da junta é obrigado a preencher. O funeral não se faz se isso não acontecer. É obrigado a preencher quando alguém morre nas nossas freguesias de doença desconhecida por velhice ou por qualquer outro motivo. Quando a morte é provocada por outro motivo qualquer são chamadas as autoridades competentes a confirmar o óbito. Ora, eu questiono-me, e sempre me questioneei: que conhecimentos técnicos académicos e até factuais é que o presidente da junta tem para poder confirmar um óbito? Que conhecimentos técnicos e académicos é que a minha experiência permite para confirmar uma situação destas? Acho que isto é um pouco de seramondismo chamar um fulano qualquer que tem a quarta classe mal feita, a confirmar um óbito. É um pouco de seramondismo, além de mais que me parece que é talvez o único concelho, penso eu, e desmintam-me se não falo verdade, no distrito onde este documento é exigido. O certificado de confirmação de óbito é aquela fotocópia já velha e às vezes já maltratada onde diz: eu presidente da junta confirmo o óbito do senhor “Manuel Joaquim” da aldeia por morte desconhecida, por velhice e as testemunhas são o Zé cascarelo e António Manuel... Mas, que testemunhas são estas que vão confirmar um óbito de uma pessoa? Portanto

senhoras autoridades, e estão aqui duas pessoas ligadas à saúde, dispensem os presidentes de junta destas coisas porque noutros concelhos eles também foram dispensados. Ainda hoje telefonei a dois presidentes de junta e disseram-me: não, nós nunca fizemos isso. Bem, não quero levar isto mais longe porque de facto acho que isto é ridículo”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Manuel João Ratão Português. Disse:” O Dr. Heleno avivou-me a memória sobre o rastreio do cancro da mama. Ainda há pouco tempo numa conversa com uma pessoa ligada à saúde, disse-me que o rastreio do cancro da mama era um negócio e uma inutilidade da maneira como era feito, porque as máquinas usadas são obsoletas, e levam-se camionetas de senhoras ao Porto, assustadas, quando na maioria esmagadora dos casos não é nada, são defeitos das máquinas. Gostaria que o Dr. Heleno ou o Dr. Cerqueira comentassem esta afirmação polémica. Queria aqui louvar o trabalho realizado na charca de Vale de Frades, já estivemos a falar eu e o presidente de junta, ainda me lembro quando era garoto íamos de noite para a horta à espera da vez para regar, e agora chega-se lá liga-se a torneira, regamos a horta, e sem contador, portanto, é uma maravilha! Porque também de futebol vive a gente, uma palavra de apreço para o trabalho que está a ser desenvolvido pelos clubes do concelho, que uma pessoa abre o jornal e vê Vimioso em cima nos primeiros lugares, nos pequenos e nos crescidos, Argozelo também já nos habituou a isso. E já agora uma opinião, uma pergunta que eu queria fazer, como é que se faz, porque falou aqui o António Santos na Feira de Artes e Ofícios como é que fazemos para trazer cá um dia um canal de televisão para divulgar essa feira?” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Freire. Disse:” O assunto que me traz aqui, como funcionário da Câmara, como sindicalista e como munícipe de Vimioso é o horário de trabalho que está a passar na Câmara de Vimioso. Penso eu como funcionário, como sindicalista e como munícipe que este horário que se está a executar na Câmara é um atentado à família, é um atentado à dignidade das pessoas e é um problema de saúde e segurança no trabalho. Recordo-me que no tempo antes do vinte e cinco de Abril onde havia alguns poderosos que dominavam e eles próprios diziam” a hora de comer é sagrada”, e há pessoas aqui mais velhas do que eu que com toda a certeza confirmam isso. Hoje na Câmara de Vimioso



estamos a praticar um horário que em nada, mas mesmo em nada, nos traz mais valias para a produtividade da Câmara, e não só, é uma forte machadada na economia local. Já há uma onda de pessoas que se queixam, as pessoas deixaram de ir aos restaurantes, deixaram de consumir e é uma verdade. Lanço aqui um repto ao Presidente da Câmara e aos vereadores da oposição, que eles também votaram esse horário, que pensem um bocadinho nisso, e que continuem as negociações com os sindicatos, porque a melhor forma de nós ultrapassarmos este problema é realmente criando um acordo de empresa para manter o horário das trinta e cinco horas como estava. Deixo esta porta aberta aos decisores da Câmara, aos vereadores da oposição que também votaram a favor deste horário. Sinceramente deixo aqui uma reflexão à Assembleia, que este horário contínuo é uma forte machadada na economia local, na família, é um atentado à dignidade humana e é um problema de saúde, porque todos nós ouvimos diariamente na televisão os médicos dizer que a comida tem que ser comida devagar, tem que ser comida em condições e em meia hora não dá para comer. Também já ouvi o seguinte, pessoas que vêm à Câmara dizem: estava lá uma funcionária a comer uma maçã e outra uma sandes! Isto não é dignidade e põe-nos a nós como trabalhadores debaixo de uma pressão que não é normal e que não devia acontecer. Também quero realçar aqui o trabalho que o sindicato fez nessa luta, como coordenador do STAL que é o sindicato que representa as Câmaras. Nós, ainda o senhor Presidente era candidato à Câmara, já estávamos a pedir-lhe que tivesse atenção sobre este assunto, tentamos e continuamos a tentar e vamos continuar a tentar, ultrapassar este problema, que é um problema muito real. Até vamos para a semana reunir com o senhor bispo, já nos deu essa resposta. Vai-nos receber porque é um problema em que nós temos de envolver aqui outras forças que defendem a família, que defendem a saúde e que defendem a dignidade humana. Portanto é um alerta que eu lanço aqui à Câmara, hoje só há duas Câmaras no distrito que estão a aplicar quarenta horas, que é a Câmara de Vimioso e a Câmara de Miranda, são as únicas que estão a aplicar quarenta horas. Deixava aqui um pedido muito forte ao senhor Presidente que pense bem neste assunto e que se houver possibilidades de o alterar que o altere porque ficamos todos a ganhar, ficam os trabalhadores, fica o município e fica toda a gente. Porque, não é possível motivar colaboradores da Câmara que têm vindo a ser tão agredidos e nós

estamos a falar da maior parte das pessoas que rondam o vencimento mínimo contrariamente aquilo que as pessoas pensam. Os funcionários da Câmara, a maior parte deles, ganham quinhentos euros, e muitos de vocês que estão aqui têm uma ideia muito diferente. Infelizmente, a verdade é esta a maior parte dos trabalhadores ganham quinhentos euros. E nós não podemos ter pessoas dessas motivadas para trabalhar com esta agressão toda que, nestes últimos anos todos, tem vindo acontecer. E aqui a Câmara e o senhor Presidente da Câmara pode dar uma resposta que é, pelo menos, manter o horário, que é possível dentro da lei, das trinta e cinco horas por semana e das sete por dia. Porque, isto de tentar enganar as pessoas, que isto é mesmo enganar as pessoas, é enganarmo-nos a nós próprios com o horário contínuo, é uma fase que mais tarde ou mais cedo vai ter que ir para trás. Só temos duas soluções para resolver este assunto ou fazemos um acordo para que o horário se mantenha nas trinta e cinco horas, ou fazemos as quarenta. Porque isto do horário contínuo, eu volto a repetir e desculpem lá por repetir a terceira vez isto, isto é um atentado à família, onde a família é posta em causa, onde a dignidade humana é muito tocada e é um problema de saúde pública, que nós os trabalhadores mais cedo ou mais tarde vamos pagá-la com doenças no estômago e com outras doenças inerentes, estão aqui médicos que o poderão dizer. É um apelo que eu faço ao senhor Presidente da Câmara aos senhores vereadores do partido que eu também represento aqui, pensem nisto seriamente e que se encontre um caminho para ultrapassar isto. Há uma coisa que nós temos de ter, independentemente do que nós representamos aqui, é orgulho no concelho de Vimioso mais do que nenhum. O mais importante que tem a Câmara são as pessoas, e o mais importante que tem o concelho de Vimioso são as pessoas. E se não tivermos a capacidade de nos unirmos, independentemente dos partidos que representamos, estamos daqui a dois ou três anos a falar porque é que deixamos acabar a Assembleia e a Câmara! Isto é real meus amigos, o maior problema que temos são as pessoas e só com pessoas motivadas e tenham crença naquilo que defendem é que nós podemos ultrapassar isto. Porque, o concelho de Vimioso como todos os outros no interior o melhor que têm são as pessoas e as pessoas têm de estar motivadas para trabalhar e para render. Aqui deixo outra vez o apelo ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores. Ninguém melhor que o senhor Presidente da Câmara e

os vereadores querem trabalhadores motivados e querem que nós trabalhadores cada vez desempenhem melhor o nosso papel. E só desempenhamos se sentirmos que há da parte de quem nos orienta essa responsabilidade, é uma responsabilidade e dizer-nos abertamente que não está de acordo com estas medidas que tanto nos fazem sofrer a nós trabalhadores autárquicos. Somos os parentes pobres da administração pública e somos acusados perante os munícipes que não fazemos nada e não trabalhamos nada, mas não é verdade. Os trabalhadores têm trabalhado ao longo dos anos, têm alterado o concelho e têm feito muito trabalho e, infelizmente, a maior parte deles não ganha para comer, é a realidade. Outra questão que há neste processo que eu também não quero deixar de ter esta oportunidade de o dizer, que é o seguinte: O sindicato fez um trabalho na defesa das trinta e cinco horas. Pessoas responsáveis desta Câmara tentaram passar a imagem, que o sindicato e meia dúzia de malucos que andam aqui à última da hora não queriam deixar passar o horário contínuo, não é verdade. Como eu disse desde que o senhor Presidente da Câmara era vereador e candidato já estávamos a tentar informá-lo sobre este assunto. Há uma coisa que eu vou referenciar aqui: nós fizemos um abaixo-assinado onde a maior parte das pessoas assinou esse pedido e essa pretensão. Houve muitas movimentações por parte de algumas pessoas que tinham assinado enganadas e não sei quê, e houve pessoas aqui que deviam ter outra responsabilidade, não era esta, são pessoas que, essas não ganham o ordenado mínimo, porque estão a ocupar determinados cargos, deviam ter mais cuidado quando estão a falar de pessoas que têm dificuldade em ganhar para comer. Fizemos outro abaixo-assinado, e se no fim alguém quiser posso facultar estes documentos todos, a propor às pessoas que se desvinculassem do nosso abaixo-assinado. O que aconteceu foi, várias pessoas que não tinham assinado o nosso assinaram o abaixo-assinado a desvincularem-se do nosso abaixo-assinado. Isso não foi feito com idoneidade, nem com verdade, foi feito com pressão ou então é falta de preparação das pessoas que são incompetentes para fazer esse abaixo-assinado. Este assunto dava-o por terminado mas não queria deixar de falar de algumas coisas que o António Santos disse e que eu sublinho por baixo, que é o encerramento dos serviços do concelho. Nós temos de ter essa percepção, o nosso concelho está em risco, em risco de acabar, o tribunal não o levam fica lá, a Câmara quando fechar

também não a levam fica cá, mas o que vai ficar ali no tribunal podia ficar aqui no telefonista da Câmara o resto é enganarmo-nos. Ainda há dois ou três dias ouvi, na rádio Brigantia, a bastonária da ordem dos advogados, que por sinal é daqui do nosso distrito, dizer que o que ficava ali podia ficar na telefonista de uma Câmara. Não sei se isso é verdade mas a bastonária assim o disse. E até hoje não ouvi mais nada, a não ser a ministra que hoje diz uma coisa e amanhã diz outra! Depois vão as finanças e depois vai o resto, qualquer dia vai a Câmara e acabamos e ficamos aqui a olhar uns para os outros. Portanto nós temos que nos unir, agora mais do que nunca, independentemente dos partidos que representamos na defesa de Vimioso e das pessoas de Vimioso, é para isso que estamos aqui.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santu-lhão, Manuel Pascoal Lopes Padrão. Disse:” Queria trazer aqui um assunto que o senhor António Santos trouxe em relação aos CTT. Como é sabido os CTT têm prestado um mau serviço às juntas de freguesia. Isso chega-nos através das pessoas, e nós já comunicamos também aos CTT e à Câmara Municipal. Prestar também aqui um esclarecimento: a Câmara Municipal também já entrou em contacto connosco para saber como estava a ser distribuída a agenda cultural. Prestar aqui outro esclarecimento: foi-nos enviada uma carta da senhora Mariana Mortágua também a perguntar-nos, a nós presidentes da junta, como estavam a funcionar os CTT. Pelos vistos o mau funcionamento dos CTT é a nível nacional. Fazia aqui um apelo aos presidentes de junta para nos juntarmos e fazermos um abaixo-assinado a interpelar os CTT, devido à má entrega das cartas da correspondência. “ -----

----- Usou da palavra o senhor Membro da Assembleia Jorge Fernandes. Disse:” Falou-se de todo o trabalho que a Feira de Artes e Ofícios tem desenvolvido ou o impulso que tem dado para o desenvolvimento de alguns produtos no concelho nomeadamente os produtos agro-alimentares. Eu, quando estive na vereação, o ano passado, falamos da possibilidade e de um convite que pelos vistos todos os anos ou praticamente todos os anos vinha para a Câmara da participação de produtos locais numa feira em França em Nanterre na zona de Paris. O ano passado eu e o senhor Presidente da Câmara, na altura, trocamos algumas impressões sobre este ponto e depois não chegamos a concretizar. Sei que o município de Montalegre, notícias que eu recolhi, volta a França para

participar em mais uma edição da feira de Nanterre, uma aposta que acontece desde dois mil e cinco junto da extensa comunidade emigrante lá radicada. Município de Torre de Moncorvo vai estar presente na décima primeira feira de produtos regionais portugueses e da ruralidade que tem lugar nos dias quatro cinco e seis de Abril na cidade de Nanterre, a Câmara Municipal levará o que de melhor se produz no nosso concelho a um dos acontecimentos mais importantes da comunidade portuguesa em França, e o maior género fora de Portugal. Os produtores certificados que estejam interessados em ver presente os seus produtos da feira de Nanterre devem dirigir-se ao gabinete do senhor Vice-Presidente da Câmara até ao dia sete de Fevereiro. E nós em Vimioso, porque não também participarmos nesta feira? Já existem bons produtos no concelho, ao participar nestas iniciativas estamos a promover o nosso território com o nome de Vimioso, em cada produto estamos a dar-nos a conhecer a outros povos, estamos a ajudar a economia local, estamos a ajudar os produtores e estamos a promover o nosso concelho. Portanto lanço aqui uma proposta, que é subscrita também por todos os membros municipais do partido socialista, pelas impressões que trocamos, para que a Câmara este ano organize ou tome medidas para organizar esta iniciativa junto daqueles produtores que estão certificados que têm as suas unidades licenciadas, junto deles troquem impressões no sentido de saber se estão interessados ou não em participar nesta iniciativa. Por algumas conversas que eu tenho tido com alguns que nos encontramos nas feiras do distrito, em Vinhais, em Bragança, por aqui por além, isso para nós representa pouco porque as vendas não são significativas, é mais a promoção das nossas empresas e toda a gente no distrito conhece Vimioso. Penso que para nós, eu falo aqui no papel de produtor local, torna-se mais importante estar numa iniciativa destas a título experimental, é muito importante e penso que seria uma boa iniciativa da Câmara. A Câmara poderá ter fundos para esta iniciativa e lançava este repto aqui ao senhor presidente da Câmara para que, em conjunto com os técnicos desta área, e em conjunto com os produtores, promovam esta iniciativa, e todos nós aqueles que manifestarem interesse possamos ir lá mostrar os nossos produtos de boa qualidade aos nossos emigrantes. Daí poderão resultar negócios, pois as feiras são isso mesmo, resultados indiretos que depois vêm a médio e longo prazo. A questão do programa de televisão, em Vinhais estive com pessoas ligadas à organiza-

ção, eu pensava que o município tinha de pagar para desenvolver essas iniciativas, aquilo que me foi dito em Vinhais é que eles neste momento só estão a cobrar o palco, alimentação e alojamento. Penso que a Câmara poderá também promover essa projecção para a Feira de Artes e Ofícios com um evento desses porque pelos vistos neste momento um evento desses já faz parte do programa habitual das televisões. Acho que os custos que havia há uns anos atrás neste momento já não há. Foi a informação que me deu um diretor desse canal.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Manuel Oliveira. Disse:” Queria reforçar aqui a importância da feira de Artes e Ofícios, e dar os parabéns à Câmara Municipal como tem sido elaborada e tem sido realizada. Também queria agradecer a ajuda e o contributo que deram para a montaria do javali principalmente à empresa EMAAT. Da nossa parte, tudo fizemos para que tudo corresse bem, só tive pena que a maior parte das pessoas a quem fiz o convite para irem jantar connosco, não tivessem aparecido, tinha feito todo o gosto que tivessem ido. Também queria agradecer aqui à Câmara Municipal o empenho e a preocupação neste último encontro em que estive o senhor Bispo. Preocupou-se que todas as pessoas tivessem lanche. Acho que da parte da Igreja houve pouca informação, talvez um pouco de descoordenação, mas a Câmara esteve lá, esteve presente para dar esse apoio. Uns diziam que havia farnel outros diziam que não. A Câmara preocupou-se e muito bem, esteve ali a cem por cento. Queria agradecer porque se falou na importância das pessoas, a atribuição do prémio do bebé do ano. Este ano acho que estamos de parabéns eram muitas crianças, principalmente ali o nosso presidente da junta de Argozelo deve estar um bocadinho orgulhoso, foi dos presidentes que mais vezes subiu ao palco! E com estas crianças todas, deixava aqui um apelo, que para o próximo ano lectivo se fizesse um esforçozinho para abrir as duas novas salas lá em Argozelo do primeiro ciclo, isto é só uma achega e um pouco de bairrismo não quero que levem a mal. Também queria agradecer ao Agrupamento de Escolas pelo espaço e por todo o equipamento que nos cedeu nomeadamente na pessoa do senhor diretor, foram impecáveis connosco, muito obrigado.” -----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Jorge Fernandes. Disse:” A propósito do Bebé do Ano penso que este ano foram atribuídos quarenta pré-

mios. A minha pergunta é: desses quarenta bebés que foram beneficiados com o prémio quantos são acompanhados cá no Centro de Saúde? Os médicos do Centro de Saúde poderão dar essa informação. Efectivamente quantos casais é que residem cá desses quarenta. É um acto simbólico de incentivo à natalidade, mas também há muita boa gente que cá reside que cá trabalha permanentemente mas no fundo, vemos e temos pleno conhecimento de pessoas que vêm cá uma vez por ano a Vimioso, principalmente a receber o prémio, para muitos haverá que nos sentimos um pouco enganados, não sei qual será a palavra certa para dizer isto. Portanto, gostaria que me esclarecesse na realidade desses quarenta bebés aos quais foram atribuídos os prémios quantos efectivamente residem no concelho e quantos têm ficha no Centro de Saúde.” -

----- Usou da palavra o senhor vereador Heleno Simões. Disse:” Esclarecer o senhor António Santos Presidente da Junta de Freguesia de Carção de que, eu estou em Vimioso e o Dr. Cerqueira também, já estamos no Centro de Saúde desde mil, novecentos e oitenta e seis. Na altura o Centro de Saúde tinha internamento. Em qualquer internamento de retaguarda os doentes que estavam em estado terminal nos hospitais vinham para o Centro de Saúde e naturalmente iriam morrer no Centro de Saúde. Na altura havia uma ou duas agências funerárias, era caríssimo o transporte para o local onde se iria realizar o funeral, e nós muitas vezes para facilitar a vida às pessoas ou para evitar que elas gastassem algum dinheiro, chegávamos, isso sim é ilegal, a dar alta como estando vivos, eles chegavam a casa, já iam mortos do centro de saúde, e iam à junta de freguesia passava-lhe o tal certificado de óbito a dizer que ele tinha morrido. Nós já sabíamos o porquê, sabíamos tudo, eles vinham cá, evitavam que o transporte feito pela funerária que lhes ficava caríssimo, era uma ilegalidade que cometíamos. Isso terminou porque a determinada altura uma colega que esteve cá, a Dr.<sup>a</sup> Stela, houve um utente que a tentou, desculpem a expressão, entalar, e a partir daí pura e simplesmente deixamos de dar altas a utentes em estado terminal. O utente morre no Centro de Saúde e os familiares pagam à agência funerária, passaram a pagar porque fazíamos tudo na boa fé e tentaram, na altura foi a Dr.<sup>a</sup> Stela ela não está presente, mas o Dr. Cerqueira deve-se recordar dessa situação e deixamos de passar para não sermos todos entalados a seguir. Isto pode parecer caricato mas só para enquadrar um pouco o que é que fazia para evitar isso. Só o médico tem autoridade legal para

dizer que a pessoa A ou B está morta. O certificado de óbito que o presidente da junta passa, facilita a vida às pessoas, está previsto na lei. Ainda agora nos certificados de óbito electrónicos prevê que a gente ponha assim: auto-lavrado por autoridade administrativa, a autoridade administrativa não é o Presidente da Câmara é o Presidente da Junta. Esses são fotocópias mas pode fazer um original não há problema, porque aquilo é fotocopiado, porque as pessoas lembraram-se de fotocopiar mas podem ter originais. Portanto, não é aquela fotocópia que mal se vê. Eu sei que há Centros de Saúde, que há concelhos, onde isso não é feito, o que é que acontece: imaginemos que em Carção morreu uma pessoa. Quem vai certificar o óbito, é o delegado de saúde. Então, telefonam para Bragança e o delegado de saúde está em Torre de Moncorvo. Esperam até à noite que o delegado de saúde venha e passe por lá e certifique o óbito. Porque os médicos estão ali a ocupar o seu trabalho, não têm horas livres para ir certificar os óbitos a casa, ao domicílio. É o delegado de saúde que vai certificar o óbito fora do centro de saúde. Ninguém passa no centro de saúde um atestado de óbito, o Dr. Cerqueira se o quiser passar está livre de o fazer, ele está aqui presente pode responder, ninguém passa um certificado de óbito porque a filha ou o genro foi lá dizer que a mãe morreu. Não! Por isso é que se calhar temos muitos óbitos, muitas pessoas que estão mortas e vêem-se gregas para demonstrar que estão vivas. Porque se calhar efectivamente havia uma herança e a pessoa chega lá, pode acontecer, só que esse atestado de óbito que o António Santos fala deve ser preenchido, assinado e carimbado pelo presidente da junta e assinado por duas testemunhas que não devem ser da família do defunto, para evitar que a filha ou o genro que têm possibilidade de ter uma herança possam certificar o óbito de uma pessoas que está viva, e pura e ilegalmente irem reclamar a herança. Vocês sabem o quanto é difícil uma pessoa demonstrar que está viva! Nós podemos evitar passar os atestados e as pessoas quando vierem para passar o atestado de óbito recorrem ao delegado de saúde para certificar o óbito, é uma coisa que pode ser feita até nos poupa trabalho. Na questão levantada pelo Manuel João Português do rastreio ser um negócio e das máquinas serem obsoletas estarem ultrapassadas, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, financiada pelo estado, portanto isto não é uma empresa privada que vem aqui fazer negócio. Remodelaram todo o sistema de raio x, eu não digo que seja o sistema mais moderno mas é dos mais



modernos em termos portáteis que existe em Portugal. Foi tudo remodelado os carros foram remodelados acabou-se exactamente com a microrradiografia porque os aparelhos estavam obsoletos e então terminou-se com o aparelho de microrradiografia. Já não vêm aqui pelos concelhos como era noutros tempos. Mas o rastreio do cancro da mama é feito por aparelhos bastante modernos, é gratuito mas o ser gratuito não quer dizer que não seja pago, é pago por nós, é pago pelo estado. É um rastreio organizado pelo Ministério da Saúde e pago por todos nós. Portanto, não será à partida um negócio porque é uma entidade oficial. Também não posso dizer que não há negociações no meio disso tudo de que aquilo seja um negócio! Mas, temos que dar o valor ao rastreio e as idas ao Porto até são suportadas pela Câmara. A Câmara, felizmente para o concelho, tem cedido o transporte gratuitamente para que as senhoras que vão em grupos de mais ou menos vinte trinta, depende do grupo, e era bom que só fossem duas ou três ou nenhuma. Não são erros das máquinas, é aferir de uma dúvida que possa ter surgido, portanto nem todas as senhoras que lá vão fazer a aferição do exame que fizeram aqui vão ser diagnosticadas de cancro da mama, felizmente para elas e para todos nós. Parece-me que é um exagero dizer que aquilo é um negócio, que não vale nada. Então, também temos que pôr em dúvida as mamografias que se pedem por rotina, todos os exames se pedem por rotina, eu peço um hemograma mas é um negócio porque está no laboratório que vai cobrar esse exame. Não podemos interpretar dessa forma parece-me a mim, e parece-me que devemos como dizia há bocadinho o António Santos, isto é sério e portanto temos que interpretar as coisas de boa fé e acreditar que os técnicos que estão do outro lado estão a fazer o seu melhor que não se enganam quando fazem o diagnóstico, por isso é que vão lá para confirmar, muitas vezes até com biopsias para certificar de que aquela senhora tem efectivamente um cancro da mama e em última instância o que tem que se lhe fazer é retirar-lhe a mama, que é sempre uma amputação altamente traumática para as senhoras. Temos que acreditar que o que está a ser feito é digno de respeito e que é feito com toda a seriedade. Porque foi falado aqui não no meu nome, mas na categoria de vereador da oposição, na questão dos horários dos trabalhadores da Câmara, eu tenho portanto aqui o elenco da Câmara, não está cá o outro vereador da oposição, mas nas actas da Câmara em duas atas há referências aos horários, embora se tenha falado noutras.

Mas a primeira vez que se falou nos horários foi na reunião de vinte e dois do mês de Outubro do ano passado, em que foi apresentado exactamente que tinha saído a lei já de Setembro de dois mil e treze em que se previa alteração do horário de trabalho da função pública para as quarenta horas. Foi apresentado e recordo-me, deve-se também recordar aqui todo o elenco governativo, que o vereador Amílcar Martins logo disse: cumpra-se a lei, se saiu a lei cumpra-se a lei, ele disse mesmo assim, está na ata. O senhor vereador Amílcar Martins referiu que defende que deve ser cumprido o que está previsto na lei na reunião de vinte e dois de Outubro de dois mil e treze. O senhor Presidente propôs que fosse marcada uma reunião com representantes dos sindicatos dos trabalhadores e chefias onde seja discutido o assunto, e se acorde a fixação do melhor horário a praticar, está nesta ata. A lei assim o determina, foi deliberado por unanimidade marcar uma reunião com representantes dos sindicatos para análise e discussão do assunto, está na ata. No dia quatro do onze volta-se a falar deste assunto e diz assim na ata: pelo senhor Vice-Presidente foi informado que na sequência da abordagem do assunto na reunião anterior foi realizada uma reunião com representantes dos sindicatos e dos trabalhadores onde foi analisado o assunto e eventuais tipos de horários, a adoptar. Nesta reunião os representantes do STAL propuseram como forma de definição dos horários contínuos a celebração de um acordo colectivo de trabalho a celebrar com esta Câmara, medida que foi afastada liminarmente tendo em conta que este acordo apenas abrangeria os trabalhadores sindicalizados naquele sindicato, o que dificultaria de forma severa a coordenação dos trabalhadores ao serviço, está na ata. Não foi porém proposto qualquer tipo de horário posto que o representante do STAL disse pretender ouvir os trabalhadores em plenário a realizar oportunamente na sequência de que apresentaria propostas escritas no prazo de dez dias. Acrescentou ainda que a aplicação do novo horário das quarenta horas semanais está a ser muito contestada por sindicatos e autarquias como seja Bragança, Mirandela que tiveram providências cautelares. A Câmara de Vimioso não teve a providência cautelar. Mas, a treze de Janeiro, parece-me a mim, na altura em que me foi apresentado em reunião de Câmara de que tinha havido reunião, portanto já acordo com os sindicatos e com os trabalhadores na questão da defesa do horário contínuo. Recordo-me que falei, isto não está na ata, e chamei atenção de que seria difícil, se calhar, justificar de que seria

difícil defender, de que uma empresa que neste caso se chama Câmara Municipal de Vimioso, tivesse todos os trabalhadores em horário contínuo e até defendi que podia haver vários horários. Até disse que a secretaria poderia estar aberta ao público porque defendia-se que era mais uma hora, na hora de almoço a Câmara estaria aberta, basta que haja dois ou três trabalhadores, uns vão almoçar ao meio dia outros à uma outros às duas, portanto a secretaria estaria aberta. Seria mais difícil para os que trabalham no exterior, e aí seria por equipas. Não é lógico uma equipa de cinco elementos está em horário contínuo e outros em horário repartido, não é possível porque uns vinham embora e os outros ficavam. Foi-me dito nessa reunião que havia acordo dos trabalhadores e dos sindicatos, daí, eu tive um tio, que já faleceu, que dizia:” se for da vontade de Deus e da sua da minha também é.” Ora se é de acordo dos trabalhadores se é de acordo dos sindicatos quem era eu para me opor à aprovação desse horário? Também não está na ata, votei a favor, é verdade, disse assim: se os trabalhadores concordam se os sindicatos concordam está correto. E também disse na reunião, e sempre defendi que, um horário por mais aberrante que seja se for do acordo do trabalhador e da entidade patronal está correto está legal, no meu ponto de vista é de acordo das duas partes intervenientes está legal.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Cerqueira. Disse:” tenho mais fé e acredito mais neste rastreio do que nas mamografias feitas aqui e acolá que são pessoas que não são especialistas naquela área, e depois qualquer mamografia que vá ao Porto é vista no mínimo por três médicos radiologistas, portanto não é só um que vê. Há uma equipa de três, um diz há suspeita os outros dois dizem não há suspeita, siga. Se houver dois que digam que há suspeita aí é que vai fazer a verificação. Em relação ao senhor Presidente da Junta de Carção António Santos, eu queria-lhe dizer, é função do médico de família o nascimento a vida e a morte, e a certidão de óbito é lógico que também faz parte do médico de família nas suas atribuições. A certidão de óbito nunca pode ser paga, é gratuita. Agora a questão que existe é assim: morre um doente meu em Santulhão numa sexta-feira ou num sábado eu não estou, ou estou no serviço de consulta aberta, como é que eu faço para ir lá verificar o óbito? Segundo lugar, suponhamos que eu até tinha disponibilidade naquele dia, até estaria livre e iria lá, a certidão de óbito é de graça, mas

como é que eu vou lá, chamo um táxi para ir lá? Vou no meu carro? Quem é que me paga? Ninguém me paga! A melhor maneira é usar sempre o bom senso. Eu já tenho passado certidões de óbito sem o atestado da junta, porque conheço, conheço a família e sei que a pessoa está em fase terminal e passo conforme deve ser. Também há uma coisa que os presidentes da junta fazem sempre, sempre que morre alguém, nem que tenha sessenta anos, morre de velho! Eu e os meus colegas vamos ver a história clínica, quando é nosso doente, e vamos ver se tem ou se teve uma trombose ou assim, e pomos na certidão de óbito a doença que realmente corresponde mais ou menos à realidade. Portanto eu acho que o sistema que está que é benéfico para as populações.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. Disse:” Eu só vou usar da palavra outra vez para agradecer ao Dr. Heleno os esclarecimentos que fez a propósito do rastreio do cancro da mama. Não há a menor dúvida que são detectadas muitas mais situações através do rastreio do cancro da mama do que com outras situações concorrentes, através até de outros métodos que mais não são que situações concorrentes e lucrativas. Esta não tem esses interesses não tem esses objectivos, está ao serviço de toda a gente, e de facto é de louvar porque evitam-se muitas mortes conservam-se muitas vidas. O Dr. Cerqueira disse uma coisa: Há três etapas: nascimento, vida e morte. Os presidentes não são ouvidos para o nascimento, porque hão-de ser ouvidos para a morte? Eu continuo a insistir na mesma, é uma questão de legalidade uma questão jurídica, nós não somos médicos legais, desculpem lá, nós não somos nada, não somos nada disso. Nós somos presidentes de junta, e os presidentes de junta em nenhum lado do país tem esta função! Informem-se como se faz nos outros distritos, informem-se como se faz noutros concelhos, mas libertem-se de um dia acontecer um caso grave e sermos notícia das primeiras páginas dos jornais. Morto-vivo o presidente de junta atestou e o médico confirmou! Dois pesos e duas medidas, nós também queremos facilitar a vida às pessoas, não há presidente de junta nenhum que tivesse complicado a vida às pessoas. É pena é que há dois pesos e duas medidas. Dr. Heleno desculpe recordar-lhe, no que respeita ao encerramento das delegações clínicas, não houve um pensamento e uma acção no sentido de facilitar a vida às pessoas, não tenhamos memória curta e não assumamos

posições diferentes relativamente a situações similares.” -----

----- Para responder foi dada a palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Muito obrigado senhor Presidente permita-me que passasse a palavra ao senhor Vice-Presidente para fazer esclarecimentos sobre o tribunal e eu, depois, darei a resposta sobre os outros assuntos.” -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Desde que este processo de encerramento dos tribunais se iniciou em dois mil e doze, temos acompanhado todo o processo, feito diligências junto do Ministério da Justiça com marcação de reuniões, com envio de exposições, argumentos que justificam o não encerramento dos tribunais. Numa primeira fase a questão que se levantava era esta tão simples: o tribunal de Vimioso é um dos que vai encerrar. Após as diligências encetadas fala-se do tribunal de Vimioso como secção de proximidade. E de facto no ante-projecto do Decreto-Lei Vimioso aparece como secção de proximidade, só que, nesse ante-projecto, há um regime de excepção para seis secções de proximidade. Entendemos nós, na altura Outubro, que Vimioso reunia requisitos, condições, e os argumentos apresentados foram no sentido de incluir o tribunal de Vimioso nesse regime de excepção das secções de proximidade. E a tal lista anexa, o tal mapa anexo dos tribunais que integravam este regime de excepção passou de seis para nove, passando a constar, segundo as informações que nos foram transmitidas, após a discussão do projecto lei passando, o tribunal de Vimioso. Vejamos a situação actual: o tribunal da comarca de Vimioso é um tribunal de competência genérica instrui, analisa, julga matérias de natureza cível e natureza criminal. Desde há uma década, ou mais, estas funções têm vindo a ser exercidas cumulativamente pelos magistrados de Miranda do Douro e Vimioso. A situação actual que se prevê é esta: diz o artigo quarenta e cinco do ante-projecto do Decreto-lei que as secções de proximidade funcionam na dependência da secretaria da comarca, dispõe de acesso ao sistema informático da respectiva comarca e às quais incumbe prestar informações de carácter geral, prestar informações de carácter processual no âmbito da respectiva comarca em razão do interesse especial dos processos em causa, proceder à recepção de peças processuais de documentos e requerimentos destinados a processos de qualquer secção da comarca em que se insere. Assegurar os depoimentos prestados através da teleconferência, praticar os atos que venham a ser determinados pelos órgãos

de gestão incluindo o apoio à realização de audiências de julgamento. Acolher as audiências de julgamento ou outras diligências processuais cuja realização seja a determinada, esta é a verdadeira secção de proximidade. Em termos globais, é isso que nós ouvimos dizer, só fazem julgamentos se os juízes entenderem, de resto as partes as testemunhas terão que ser ouvidas por teleconferência e o tribunal decorre e o julgamento decorre, por exemplo, no tribunal de Bragança. Esta é a regra geral da secção de proximidade. E neste anteprojecto diz assim: no número dois: as secções de proximidade identificadas no mapa seis são Mértola, Miranda do Douro, Mondim de Basto, Nordeste Pampilhosa da Serra e S. João da Pesqueira, nestas secções de proximidade (e estou a falar do ante-projecto), identificadas no mapa seis, anexo ao presente diploma do qual faz parte integrante, asseguram a realização das secções de julgamento de acordo com as regras processuais fixadas como se de uma secção de competência genérica instância local se tratasse e detivesse competência territorial para o município. O tribunal de Mogadouro deixa de se chamar comarca e passa a chamar-se secção de competência genérica de instância local de Mogadouro. Ora, no fundo este número dois está a atribuir às secções de proximidade as mesmas características de um tribunal de comarca actual, este é o meu entendimento. Com a publicação do ante-projecto nós vimos de novo junto do Ministério da Justiça apresentar argumentos que Vimioso reunia requisitos e que se justificava, com os argumentos apresentados tendo em conta a localização etc., ser integrado neste mapa anexo ao ante-projecto lei, e deve ser do vosso conhecimento que no dia da discussão do ante-projecto do Decreto-Lei foi tornado público que mais três secções de proximidade, incluindo Vimioso passaria a deter este regime de excepção e a constar neste mapa seis. É certo que o diploma ainda não foi publicado em definitivo mas a informação que nos foi transmitida é de que Vimioso seria uma secção de proximidade sim, mas integrada neste número dois do artigo quarenta e cinco que caracteriza e define as secções de proximidade.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Relativamente aos tribunais penso que ficou esclarecido. De qualquer das formas dizer que na minha opinião mesmo mantendo-se na prática aquilo que existe, temos de ter sempre algum cuidado, porque não é o nosso que está para fechar e tenho pena que os outros fechem. Trata-se de uma reorganização, obviamente, mas

teremos de continuar muito atentos ao evoluir das situações, e estamos cá para isso como o demonstramos que estivemos desde o início e não tendo inicialmente esse “regime “ especial conseguimos que ele fosse integrado, porque no ante-projecto como bem disse o senhor Vice-Presidente não constava o tribunal de Vimioso, e passou a constar, fruto da nossa explicitação junto do Ministério da Justiça, que reuníamos as condições, como bem disse o senhor Vice-Presidente. Permita-me então que responda ao conjunto de questões que são muitas, mas procurarei ser breve e claro nelas. Problema dos CTT: diz o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção que é um problema gravíssimo e é repetido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão. Penso que o maior problema tem sido nas localidades para lá do rio Maçãs: Argozelo, Carção, Santulhão, e freguesia de Matela. O maior problema tem sido aí, porque nunca nos chegaram queixas de que nas outras restantes localidades esse problema se verificasse. Quando tivemos conhecimento, quer por pessoas a título individual, quer pelas juntas de freguesia, imediatamente, eu próprio, contactei, penso que é o Dr. Carlos Soares, o director da zona de Bragança, explicando-lhe o problema que se estava a passar. Passado dois ou três dias o senhor director ligou-me dizendo que já tinha falado com o responsável, porque a informação que nos foi dada, é que a distribuição do correio nessas localidades está concecionada a um privado, e portanto, que ele teria falado com o privado, que teria tido problemas com a pessoa que lhe estava a fazer o serviço mas que essa situação estaria resolvida. Eu comprometo-me de imediato, no final desta reunião, a ligar novamente ao senhor director e novamente expor-lhe estas situações que nós também consideramos graves. Relativamente a questão que colocou ainda o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, o que é que fechou o que é que ameaça fechar. Olhe, fechou o Centro de Saúde no horário nocturno, era toda a noite e está até às vinte e duas horas, toda a gente sabe em que tempo é que ele fechou e o trabalho que a Câmara fez para conseguir contrapartidas nesse encerramento nomeadamente na Unidade de Cuidados Continuados que figura no protocolo. Fecharam os serviços da EDP já há alguns anos mas ficaram também concessionados a um particular. Fechou o MAP mas presta-se serviço na mesma forma aos agricultores porque o serviço é facultado, penso que dois dias na semana, e conseguiu-se também por influência da Câmara Municipal que o

próprio Centro de Gestão Agrícola pudesse trabalhar naquilo que se chama o parcelario, que era o grande problema dos agricultores. Dizer-lhes que infelizmente fecharam as antigas escolas primárias, é uma dor, mas aí fecharam porque não havia alunos suficientes, fecharam as escolas primárias no nosso concelho, nos mandatos do senhor Presidente da Assembleia fecharam algumas, já tinham fechado outras antes dele tomar posse em dois mil e dois. Esse foi um processo natural por falta de alunos que permitissem exactamente a continuidade dessas escolas. E era bom que Argozelo como falava o senhor membro da Assembleia Manuel Oliveira, que pudesse reabrir pois era sinal que tinha mais crianças que tínhamos mais dinâmica nas nossas localidades. De memória, não estou a ver que outro serviço tenha fechado, mas, dar-lhes a informação, e atendendo à outra questão que coloca o que é que ameaça fechar? No âmbito da reunião da CIM não lhe posso agora precisar a data, esteve o senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa. Há negociações no sentido de articular os serviços públicos com as autarquias, aliás o Partido Socialista é claramente adepto dessa solução. Também deixar claro que, se a autarquia tiver que assumir alguma responsabilidade para que serviços públicos não fechem assumilos-emos. Fala-se na questão do balcão para o cidadão. A nossa mais valia, e eu expliquei isso ao senhor Secretário de Estado dizendo: o senhor Secretário de Estado está-me a propor uma coisa para o meu município mas eu tenho loja do cidadão, e somos o único da CIM das Terras de Trás-os-Montes que temos loja do cidadão. O que o senhor Secretário me disse foi: consigo, com o município de Vimioso, temos de conversar de outra forma. Não quero acreditar que se tenha investido numa loja do cidadão e agora que a queiram fechar. Se calhar, o termos andado à frente e o termos optado pela loja do cidadão pode-nos agora assegurar, não digo uma tranquilidade porque nestas coisas nunca estou tranquilo, mas há algum conforto nesta questão dos serviços, sem embargo de termos que vir ou podermos vir a negociar com o governo alternativas à manutenção dos serviços. A ideia que temos é que, ou que nos é transmitida, é de que haverá experiências piloto a nível das finanças. O que se pretende é pôr um balcão de atendimento em que está lá uma pessoa com o computador a pessoa expõe o seu problema, o computador tem duas faces, para que a pessoa possa ver e possa resolver o seu problema. Se calhar, pode atender um assunto de finanças, segurança



social, tudo isso. Obviamente que os municípios da CIM disseram: se é mais um serviço para facilitar a vida às pessoas nós aceitamos, mas se é para fechar os que já existem nós não aceitamos. Portanto, essa é uma discussão que está a ser tida, a chamada reforma do estado, se quiserem, e que há-de ser ainda uma discussão que terá o seu tempo na certeza de que lutaremos, obviamente, é essa a nossa obrigação, pelos serviços no nosso concelho. Como vê, pode não se chamar tribunal mas pelos vistos também não fecha e estava previsto noutras propostas que fechasse. Relativamente à questão da manutenção do helicóptero em Macedo de Cavaleiros. Como sabem ainda no anterior executivo, os doze ou os treze municípios que integram a ULS, Foz Côa também integra a ULS, apresentaram uma providência cautelar no tribunal de Mirandela no sentido de impedir a saída do helicóptero. Como sabem não veio a ser dada razão a essa providência cautelar se bem que a acção principal ainda não tenha ido a julgamento, mas de qualquer das formas não foi dada razão aos municípios. Entretanto os Presidentes de Câmara em título de Presidente de Câmara apresentaram nova providência cautelar em termos de acção popular que também está a ser discutida, mas também tudo indica que não nos será dada a razão, por um simples facto, trata-se de uma mera gestão governativa. Tal como eu, como o Presidente da Câmara, posso tomar um acto de gestão, também o Ministro da Saúde pode tomar um acto de gestão. O maior argumento que temos a nosso favor, mas pelos vistos para os tribunais, ou para quem julgou as providências cautelares não o considerou, é que quando os Centros de Saúde deixaram de funcionar vinte e quatro horas por dia passando a encerrar às vinte e duas horas, havia a contrapartida de pôr o helicóptero em Macedo de Cavaleiros. E essa foi uma das contrapartidas para que os Centros de Saúde fechassem no período da noite. Obviamente que nos sentimos defraudados quando assinamos um protocolo com o Ministério da Saúde e agora o Ministério da Saúde faz letra morta desse protocolo. Dar também conhecimento que, faz hoje oito dias, a Direcção da Comunidade de Trás-os-Montes pelo seu Presidente e Vice-Presidente teve uma reunião com o senhor Ministro da Saúde com os Secretários do Ministério da Saúde, e o Presidente da ULS de Bragança, o Dr. Marçôa, em Lisboa, em que lhe foram colocados estes assuntos todos. Como vêem está aí uma moção da Câmara de Bragança, que também este foi lá colocado, e já agora só adiantar-lhes que foi coloca-

do pela Câmara de Bragança porque assim se entendeu na CIM. No entanto, a questão também está a ser liderada pela CIM no sentido de termos esclarecimentos sobre estes assuntos. Primeiro o helicóptero em Macedo de Cavaleiros: a resposta que o senhor Ministro deu é que para já, vai manter-se, e estaria a estudar as situações de colaboração com a Força Aérea principalmente noutra tipo de ajudas. Nós temos-lhe apresentado muitos argumentos: o helicóptero que está sedado em Macedo de Cavaleiros é aquele que mais saídas tem feito, fazia muito mais do que aquele que estava sedado em Baltar. Atenção que o helicóptero de Baltar já foi retirado. A ideia do Ministério da Saúde colocá-lo em Vila Real é que possa cobrir toda a zona do Minho e Trás-os-Montes até ao Porto, toda a zona norte. Levanta-se a questão: mas o helicóptero estando em Vila Real não chega tão depressa, é evidente que chega mais tarde. O que apresentam do lado do Ministério da Saúde, por exemplo, para chegar a Miranda do Douro saindo de Macedo ou saindo de Vila Real a diferença é de cinco minutos, mas cinco minutos pode fazer a diferença. De qualquer das formas foi dada garantia, para já o helicóptero vai manter-se, sendo que, se o Ministério da Saúde o quiser retirar pode fazê-lo porque a providência cautelar não foi aceite, embora se esteja novamente a contra-argumentar com o advogado que está a fazer esse trabalho, foi isso que nos disse. O Senhor Ministro também garantiu que a capitação para a ULS, porque nós temos por pessoa menos cento e quatro euros, por exemplo, que tem a ULS do Norte Alentejano, que iria fazer todos os esforços para repor essa justiça. Também disse que já tinha perdoado, ou melhor, dado algum dinheiro à ULS, cerca de dezoito milhões, para cobrir as dívidas que tinha e a outra parte da dívida foi integrada no capital social, isto é, libertando um bocadinho esta pressão financeira da ULS. E, também deu ordens, o senhor Ministro, para o Conselho de Administração da ULS, no sentido de aqueles laboratórios que funcionam nas zonas mais rurais, nos concelhos mais rurais não serem internalizados. Como sabem nós temos centros de recolha de sangue para análise no concelho de Vimioso, quer em Argozelo, quer em Vimioso e noutros locais. Muitos deles fecharam porque esses laboratórios privados, o que o hospital fez foi, em vez de contratar com os laboratórios privados porque não tinha dinheiro, passam as pessoas a fazer a colheita de sangue no próprio hospital, isto é que é internalização das análises. O que o senhor Ministro garantiu é que na zona rural iria

parar com esse processo até porque agora passa a existir também alguma folga financeira à direcção da ULS no sentido de poder pagar aos privados essa recolha, porque de facto causava constrangimentos muito grandes às populações, tinham que se dirigir a Bragança para fazer a recolha do sangue. As expectativas para a manutenção do helicóptero é isto que acabo de dizer, oxalá que ele se mantenha, um dos argumentos que nós lhe dissemos, sendo o que mais vezes levanta para socorrer pessoas, estando em Vila Real também vai gastar muito mais combustível e não gastam assim tão pouco quanto isso! Feira de Artes e Ofícios: também levantou a questão o senhor membro Jorge Fernandes, dizer o seguinte: A Feira de Artes e Ofícios nasceu da forma como disse e têm-se vindo a manter esse formato. Na minha opinião estou aberto a todas as discussões, não é fácil alterar esse formato, porque oitenta ou noventa por cento dos expositores são do concelho, e todos eles querem estar presentes. Acho que temos que privilegiar os expositores do concelho seja lá com o que eles tiverem. Depois privilegiamos expositores da região dos concelhos vizinhos, é isso que temos feito. O que nós estamos a pensar, mas também não podemos dar o passo maior que a perna, temos de ver qual é a possibilidade financeira que nós temos para isto, é organizar um outro evento temático. Já coloquei essa questão na CIM, ligada fundamentalmente à carne, neste caso à carne mirandesa e que possa, a exemplo do que faz Vinhais que tem o fumeiro e não deixa ter o artesanato não deixa de ter os outros produtos. Sabemos que fica muito caro e temos de organizá-la de forma a que ela tenha de facto o impacto que se pretende e é por isso que estamos em conversações com a raça mirandesa. Mas nós queríamos também integrar as outras raças de carne autóctone desde o cordeiro, desde o cabrito, desde o porco. É isso que estamos a fazer, mas dizer-lhes que, já numa reunião da CIM articulamos os eventos que se realizam em cada concelho para que não haja sobreposição. Estamos a fazer esse trabalho de promoção do nosso concelho e da região. Ainda ontem estivemos todo o dia reunidos na CIM desde as nove e meia até às sete da tarde, exactamente no sentido de acertar qual a melhor forma de promovermos a região e, temos de encontrar, articular aqui com todos para que aquilo que façamos seja bem feito. Penso que a Feira de Artes e Ofícios já é uma tradição do concelho, ela está penso que bem de saúde, há um conjunto de eventos, há alguns gastos, obviamente que tem de haver gastos, mas pen-

so que o retorno a nível da promoção, quer das vendas quer da valorização do concelho é positivo e, aquilo que está a funcionar bem e ao qual as pessoas têm aderido de forma positiva acho que é de manter. Obviamente, estamos sempre disponíveis a novos contributos, a novas sugestões para melhorá-la. Já que estamos a falar de feiras ainda bem que o senhor membro da Assembleia Jorge Fernandes levantou a questão. Como sabe a participação na feira de Nanterre, o município sempre participou integrado na Corane, sabe disso, ou seja, o município nunca participou na feira de Nanterre individualmente, participou sempre porque é sócio e membro da Associação de Desenvolvimento que é a Corane e participava dessa forma. Também esta participação está a ser equacionada no âmbito da CIM ou então da Corane ou da DESTEC. Porque os municípios que integram a DESTEC e os que integram a Corane são os municípios que integram a CIM de Trás-os-Montes. Também dizer-lhes que a Associação de Municípios da Terra Fria participa sempre na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) que será agora no fim-de-semana de quinze e dezasseis. Sugerir e foi aceite que um dos produtos fosse lá das mostras que fosse exactamente o mel, e portanto ia falar consigo relativamente a isso, na BTL em Lisboa. Porque há outros que vão levar o fumeiro, eu também me disponibilizei, eu fumeiro também levo, não é difícil falar aqui com uma cozinha regional pagamos-lhe quatro ou cinco quilos de fumeiro e fazemos lá a prova de fumeiro. Portanto, estamos a trabalhar nessa questão da BTL porque é uma feira grande de turismo em Lisboa. Também estamos, através da CIM, a equacionar esta questão da presença em Nanterre. A Câmara Municipal de Vimioso está perfeitamente disponível para assegurar a participação dos feirantes como tem feito na Expo de Trás-os-Montes, com financiamento da Câmara Municipal. Ligação Túnel do Marão: é tempo diz o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção de reivindicar acessibilidades à auto-estrada. Tem toda a razão. Pelos vistos ontem, ou hoje, saiu em Diário da República o lançamento do concurso para o Túnel do Marão. E o senhor Secretário de Estado, são afirmações dele, disse-nos pessoalmente a mim e ao senhor Vice-Presidente, é que até ao final de Junho queria ver se adjudicava, porque é um concurso com carácter de urgência que ainda precisa de ir beneficiar de fundos comunitários do anterior quadro comunitário. Portanto, será de extrema urgência, e ele prevê que no final de dois mil e quinze o Túnel esteja pronto sendo que os acessos ao túnel

estarão prontos muito antes, mas não adianta estarem porque tem de estar o Túnel a funcionar. Exactamente nessa medida, senhor presidente da junta, é que na quarta-feira eu e o senhor Vice-Presidente reunimos em Lisboa com o senhor Secretário de Estado dos Transportes e das comunicações. Uma reunião que já tínhamos pedido há algum tempo e que percebemos porque é que só nos recebeu agora. Como sabem foi publicado ou está em discussão pública o estudo das infra-estruturas de alto valor acrescentado, que foi feito por várias entidades Associação de Municípios, Empresas, Associações Comerciais etc. Tirando o Túnel do Marão, para o nosso território e o nosso território já me estou a incluir no Túnel do Marão, porque também nos beneficia, mas para o distrito de Bragança, nem um investimento, não figura um investimento nesse estudo. Obviamente que já tínhamos a reunião marcada e o senhor Secretário de Estado recebeu-nos exactamente na quarta-feira. Dizer-lhes também que a nível da CIM, mal saiu este estudo, foi enviado um ofício para o senhor Primeiro-Ministro, para o senhor Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, para o senhor Presidente da CCDR dizendo-lhes que estávamos muito desagrados com esta situação, e que, isto é o mais importante, as prioridades para o distrito de Bragança são: Vimioso ligação Auto-Estrada, ligação Vinhais-Bragança Auto-Estrada. São os dois únicos concelhos que não têm qualquer metro de eixos estruturantes nos seus territórios, não têm IC5 nem IP2 nem auto-estrada. Toda a CIM assinou por baixo. O presidente da Câmara de Bragança também quer que se façam outras coisas, todos os presidentes querem, e acho muito bem que o reivindicuem mas, foi assumido claramente que as prioridades são estas. Mais, esta prioridade é assumida pela Estradas de Portugal. Ainda no anterior executivo, no verão passado, o senhor Presidente das Estradas de Portugal Dr. António Ramalho assumiu publicamente com os quinze autarcas da ex-CIM de Trás-os-Montes, com os quinze, que as prioridades para esse território eram justamente a ligação Vimioso – Auto- Estrada, Vinhais – Auto- Estrada e Montalegre uma outra auto-estrada porque Montalegre pertencia à CIM de Trás-os-Montes na altura, agora é do Tâmega. Portanto, esse trabalho foi feito. O que nós, eu e o senhor Vice-Presidente dissemos ao senhor Secretário de Estado foi: senhor Secretário de Estado é tempo de se fazer justiça, disse-lhe mesmo isto, têm-se feito tantas estradas nós nunca lhe vimos nenhuma. Resposta do senhor Secretário de

Estado: senhor Presidente aí não está a ser correcto comigo. Mas então porquê? Porque eu ainda não fiz nenhum metro de estrada durante o meu mandato, paguei os que os outros fizeram, infelizmente o vosso concelho não foi contemplado, mas eu só estou a pagar os quilómetros que os outros fizeram, e não tenho muito dinheiro. Disse-nos claramente. E o que nos disse é que estas ligações poderão vir a ser contempladas naquilo que vem no estudo que é o last mile isto é, pequenas obras que possam vir a ser concluídas. E perguntou-me: qual é o preço da obra? Não sei senhor Secretário de Estado, vocês é que têm de saber qual é o preço da obra, se me perguntar a mim digo-lhe já um valor grande, que era uma coisa boa! Mas ele disse-nos claramente que estas intervenções só para pequenos valores que andar na ordem dos três milhões, nunca mais de três milhões de euros. Ora com três milhões de euros não é possível fazer a nossa reivindicação principal embora o senhor Presidente não concorde com ela, que é a ligação Vimioso próximo de Pinelo, Argozelo norte, Outeiro. Porque nós estando em Outeiro estamos na A4 nem sequer é Rio Frio é Outeiro, nem é Bragança é Outeiro, enquanto que Vinhais é mesmo até Bragança. Porque, só a ponte que atravessaria o Maçãs será superior a vinte milhões de euros. Segunda hipótese, e estão recordados, o então senhor Secretário de Estado do Governo Socialista Paulo Campos veio a Vimioso lançar o estudo de viabilidade para uma nova travessia Vimioso / Carção. Essa ponte ainda ficaria mais alta como sabem e essa ultrapassará também os vinte milhões. Permitam-me que diga isto: a política é a arte do possível. De facto, os anteriores governos nunca olharam para o nosso concelho e também para o de Vinhais numa perspectiva correcta de nos ligarem a Bragança, porque isto figura no plano rodoviário nacional (prioridade é a ligação das sedes de concelho à sede do distrito). Nós não a temos. É engraçado que no estudo vem lá dizer que de Vimioso à auto-estrada (vê-se que é intencional não põem Bragança) são menos de trinta minutos, porque eles já não querem considerar o tempo da auto-estrada, claro, que da auto-estrada a Bragança, desde que entramos até Bragança é rápido mas, demoramos dez minutos no mínimo, a cumprir os limites de velocidade obviamente. Já metem isto de propósito, como quem diz aí já não se justifica porque estão a menos de trinta minutos da auto-estrada! Nós dissemos ao senhor Secretário de Estado que não vamos ficar resignados perante esta situação e que alguma coisa terá de ser feita. E o que o senhor

Secretário de Estado se comprometeu connosco foi, vou avaliar junto das Estradas de Portugal depois dar-lhe-ei notícia de uma beneficiação profunda na actual estrada que vai de Vimioso a Carção. Uma beneficiação profunda, o que é que isto significa, cortar o maior número de curvas possíveis, fazer alguns viadutos se eles forem necessários. Nós dissemos-lhe: cuidado (antes da lixeira) justificava-se um viaduto, e depois uma nova ponte lá em baixo para nos afastar daqueles precipícios que ali estão. Tudo isso foi dito ao senhor Secretário de Estado. Aguardamos a resposta na certeza de que a própria União Europeia não aceita que sejam alocadas verbas para rodovias. Somos o país da União Europeia com mais estradas e auto-estradas por habitante. Infelizmente em Vimioso nunca foi feita porque os anteriores governos nunca o quiseram fazer, apesar da luta, lembro, do senhor Presidente da Assembleia enquanto Presidente da Câmara e eu próprio e, apesar da luta que continuamos a travar. A verdade é só esta: enganaram-nos durante este tempo todo, não quiseram fazer e digo-lhes uma coisa não sei se será ou não possível... Vamos continuar a lutar, mas se nos fizerem alguma coisa é sempre melhor do que se não fizerem nada. Vamos esperar por algumas notícias positivas sobre isso. O senhor Presidente da CCDR Professor Emídio Gomes, mesmo quando esteve aqui em Bragança e nas reuniões do concelho regional nas quais tenho ido exactamente por causa desta questão, está a tentar que a União Europeia aceite colocar no PO regional alguma verba para estradas, pequenas ligações, e nós queríamos ver se com o dinheiro das Estradas de Portugal (os três milhões) e algum que se viesse buscar do PO regional, se calhar, se fosse outro tanto, conseguiríamos fazer alguma coisa nesta ligação pelo menos pô-la bem melhor do que aquilo que está. Dizer-lhes também que no dia dezasseis de Fevereiro eu e o senhor Vice-Presidente estivemos nas Estradas de Portugal para discutir uma questão de um protocolo que temos e levamos fotografias, porque pedi quer aos Bombeiros Voluntários de Vimioso que integram a protecção civil e aos técnicos da Câmara que fotografassem todos esses taludes que ameaçam ruína, e foi-lhe apresentado com fotografias e com relatório ao senhor director das relações institucionais o Dr. António Rodrigues da Estradas de Portugal. Para lá destas questões que apresentamos, exactamente os perigos de segurança que esta estrada começa a colocar, não só lhe colocamos fotografias de Vimioso / Carção mas também de Santulhão para a ponte que vai para Izeda.

Senhor membro Manuel João, sobre o rastreio do cancro da mama já foi tudo dito, o próprio rastreio é feito pelo Ministério da Saúde, e nestas coisas da saúde quanto mais depressa detectarmos melhor. De todas as vezes, como dizia o Dr. Heleno, que o nosso autocarro foi com as utentes para tirar dúvidas ao Porto houve sempre algumas que, infelizmente, acusaram essa trágica doença que tanto assusta. Que eu saiba todas elas recuperaram. Penso que praticamente todas estão vivas o que é óptimo porque se calhar foi pelo rastreio que se verificou que tinham o problema e foi possível acudir. Na charca de Vale de Frades como sabe tivemos lá um pequeno problema, porque os antigos também fizeram obras e bem feitas e nós não sabíamos que as tinham feito, havia lá uma galeria que tirava a água toda, mas esse problema está resolvido. Feira de Artes e Ofícios a questão do canal TV: nós já tentamos trazer cá várias vezes e, na altura, era caríssimo. Custava mais trazer cá a televisão do que tudo que gastávamos na Feira de Artes e Ofícios. Temos de ter cuidado, quer dizer, ou há dinheiro para fazer ou não há! Neste momento, e tem sido o senhor vereador Licínio que tem estado com esse processo, já foram feitos contactos com a TVI e com a SIC que são aqueles que têm mais audiência. Obviamente que hoje as condições, dizem, são outras, estamos num processo negocial. Se chegarmos a acordo e se for possível e se esse tipo de programas ainda existirem eles funcionarão. Toda a gente já percebe porque há esta redução de custos, as televisões estão-se a ver aflitas porque a publicidade é cada vez menos, as empresas estão com problemas não fazem publicidade, há muitos canais em canal fechado que também fazem publicidade e as empresas vão repartindo a sua publicidade também por outros canais. Se repararem o objectivo da TVI, para os municípios é uma forma de promoção e devemos aproveitá-la vamos tentar ver isso, são as chamadas de valor acrescentado. É daquilo que vivem hoje as televisões. Nós vemos que metade do programa é: ligue, ligue, ligue toda a gente já percebeu isso, ou seja, as televisões também não vêm aqui pelos nossos bonitos olhos. Acho que foi uma atitude inteligente que nos promove principalmente para o exterior, mas as televisões estão obviamente a fazer pela vida delas, passo a expressão, porque sabem que a sua receita vem das chamadas de valor acrescentado, basta ver um programa de manhã ou à tarde, é tudo ligue, ligue, ligue e é disto que hoje as televisões estão a viver. É o senhor vereador que está com esse dossier, atenção que



eles depois também põem algumas condições e, obviamente que temos de negociar com eles, sempre que o negócio seja bom para as duas partes, seja bom para eles e seja bom para nós. Relativamente ao senhor membro José Freire: senhor José Freire, com todo o respeito, se há pessoa que respeita os funcionários sou eu, e nunca farei nada contra a vontade dos funcionários. Agora em democracia funcionam as maiorias. Como você sabe o horário de jornada contínua funciona porque, eu diria, noventa e nove por cento dos funcionários pediram esse horário, assinado por eles e entregue a mim. Ora se é da vontade dos trabalhadores, pedido por eles o que é que faz a autarquia? Não aceita uma petição dos funcionários. Mais, e eu conto a história toda: como bem disse, houve uma reunião em que o sindicato se comprometeu, pelos vistos no prazo de dez dias, a apresentar uma proposta. Nem num mês nem em mês e meio trouxe a proposta, essa é a verdade, porque reuniu, salvo erro no início de Novembro e a proposta quando a trouxe foi no final de Janeiro. A verdade é a seguinte e não é desmentível: todas as Câmaras que não estão com as quarenta horas ou com a jornada contínua, estão na ilegalidade, porque ainda nenhum membro do governo homologou os contractos colectivos, e o que a lei diz é que têm de ser homologados. Eu sei pela informação da CCDRN, que é aquela que nos tutela (que é governo), que todas as que não estão a cumprir as quarenta horas, e nós estamos, e só estamos neste último mês de Fevereiro, estão todas na ilegalidade. Podemos dizer, não lhes acontece nada! Não sei! Mas as leis da república não são para cumprir? Como bem disse o senhor vereador do Partido Socialista Amílcar Martins na reunião de Câmara, saiu a lei, cumpra-se. Eu tenho a prerrogativa de dar tolerância de ponto no Carnaval, vou dá-la, embora no jornal de notícias diga que não, vou dá-la, porque decidi, há muito tempo que a ia dar. Porquê? Porque eu acho que faz parte da identidade do nosso território e das pessoas e permite esta familiaridade. Eu pergunto onde é que os pais deixavam os filhos? Por exemplo os que têm escola, porque os miúdos vão ter segunda, terça e quarta de pausa lectiva. É uma forma de convívio de se encontrarem as famílias porque há actividades nas aldeias, há algumas que fazem os concelhos, que é irem aos caminhos, há aqui tradições que eu quero que se preservem porque fazem parte da identidade do nosso concelho. Festeja-se com muita animação o Carnaval em Santulhão. É uma prerrogativa do Presidente da Câmara e eu decidi

que dou a tolerância. Também de certeza que me vão acusar, em vez de trabalharem não trabalham, mas é uma decisão. Relativamente aos horários foi isso que se passou. Nós não podíamos estar sempre, e o senhor vereador Heleno Simões lembrou-me disso, não podemos estar sempre na ilegalidade. No Centro de Saúde não se estão a cumprir as quarentas horas, estão, nas finanças não se estão a cumprir as quarenta horas, estão, no tribunal não se estão a cumprir as quarenta horas, estão. Mas porque é que na Câmara não se hão-de cumprir as quarenta horas, porquê? Mas então, isto é adulterar a democracia de quem tem legitimidade para tomar as decisões, não podemos cair nisto. Mais, nós tivemos salvo erro até ao início de Fevereiro na ilegalidade com as trinta e cinco horas, porque as Câmaras do distrito, algumas que estão ainda com as trinta e cinco horas, tiveram providência cautelar e como ainda não receberam do tribunal a notificação, mantêm o horário. Mas, olhe que há muitas Câmaras a telefonar para a Câmara de Vimioso, e até para funcionários, para saber como é que nós fizemos com a jornada contínua. Não é só Vimioso que a quer são muitos. Eu percebo e dou-lhe toda a razão, meia hora para comer é muito pouco mas ninguém anda aqui de chicote na mão para ver se estão a cumprir a meia hora ou se é quarenta minutos. E olhe que eu vou a restaurantes e há funcionários nos restaurantes durante a meia hora, há funcionários a irem tomar a refeição ao restaurante e ainda bem que vão, eu não os proíbo, e só têm meia hora para comer, porque ninguém anda atrás dos funcionários. Os funcionários que eu via antes nos restaurantes continuo a vê-los e agora até vejo mais, outros que até iam a casa e agora vão ao restaurante. Há restaurantes em que os funcionários iam quando estavam em dias de folga, nem sequer estavam ao serviço da Câmara Municipal, ou estavam de férias, estavam na sua vida pessoal, que eu conheço essas situações porque frequento todos os restaurantes. Depois dizer-lhe o seguinte: o que aconteceu foi isto, exactamente quando fomos à reunião das Estradas de Portugal dezas-seis de Fevereiro que era uma quinta-feira, na segunda-feira anterior tinha articulado com os chefes de divisão e eles articularam com os respectivos funcionários fazermos a jornada contínua porque era essa a vontade dos funcionários. Esta é a verdade dos factos, chamem aqui os funcionários e que digam se isso é mentira. Entretanto, eu aceitei a jornada contínua porque não havendo jornada contínua trabalham das nove à uma e das duas às seis da tarde. Já

agora dizer-lhes que Bragança antes de ter a providência cautelar era oito e meia meio dia e meio duas seis, Bragança esteve a funcionar assim como o senhor membro José Freire sabe. O que se passou foi o seguinte, falei com todos os chefes de divisão eu o senhor Vice-presidente o senhor Vereador que articularassem com os funcionários. Se querem a jornada contínua eu dou-lhe a jornada contínua. Toda a gente sabe o que é a jornada contínua, isto é na prática cumprem as quarenta horas só que só trabalham sete por dia com meia hora para comer. Mas atenção, se os funcionários quiserem das nove à uma e das duas às seis, amanhã eu ponho esse horário, não tem problema nenhum. Só que eu tenho um pedido de noventa e nove por cento dos funcionários que assinou a pedir a jornada contínua, e esse é o último abaixo-assinado que eu tenho. Mas, para explicar a situação toda e para que fique claro, como sabem sempre fui adepto da transparência total, foi feito isso com os chefes de divisão, quando chegamos sexta-feira à Câmara, (na quinta feira tínhamos ido a Lisboa que também estive em representação do ZASNET que é um agrupamento europeu de que a Câmara faz parte através da Associação de Municípios mas eu sou representante da Associação de Municípios no ZASNET), o senhor José Freire, na qualidade de dirigente sindical, apresenta-me um abaixo-assinado, (também direi que de praticamente noventa e muitos por cento dos funcionários) a pedirem a negociação a exigir, o termo é exigir, o acordo colectivo para as trinta e cinco horas. Eu fiquei estupefacto. Então na segunda-feira falei uma coisa com os chefes de divisão e na sexta-feira, sem dizerem nada, aparece-me aqui um abaixo-assinado a exigir a negociação para as trinta e cinco horas! Fiquei estupefacto. Chamei os chefes de divisão, só lhes disse: segunda-feira o horário vai ser nove uma duas seis da tarde. Há aqui funcionários da Câmara que comprovam que durante uma semana se cumpriu esse horário. E foram os funcionários que, livremente assinaram a pedir a jornada contínua. Um funcionário que diga se eu falei com algum da Câmara Municipal a dizer-lhe que tinham de ter a jornada contínua. Nunca fiz isso a nenhum funcionário. Portanto, eu mostro os abaixo-assinados mostro os documentos e estão aqui funcionários, está o senhor José Manuel está a D. Isabel, foram eles que assinaram a pedir a jornada contínua, porque não tendo a jornada contínua têm o horário nove uma/ duas seis. Mas, se amanhã o quiserem eu ponho esse horário, tão linear quanto isto. Agora, isto é um atentado à família, eu não dis-

cordo, os funcionários é que têm de saber o que querem e como o senhor José Freire sabe também eu tenho a competência de definir o horário dentro da lei. Claro que a jornada contínua convém que haja o acordo com o trabalhador, mas há o acordo foram eles que o pediram, eu como Presidente da Câmara fiz sempre aquilo que os funcionários pediram, sempre, e agora vem me dizer que eu sou responsável por este horário, não sou, são os funcionários, desculpe, esta é a verdade dos factos. Porque, a informação que me chegou, quando do anterior abaixo-assinado a exigir a negociação colectiva, é de que as pessoas assinaram dizendo-lhes que isso era para entregar na Assembleia da República para fazer uma petição a nível nacional. E é engraçado, é que muita gente que esteve na reunião a pedir a jornada contínua também assinou as trinta e cinco horas convencidos, e podem vir aqui dar o seu testemunho, de que estavam a assinar para fazer uma petição nacional e não exclusiva da Câmara Municipal. Esta é a pura das verdades. Portanto, se os funcionários quiserem amanhã ou daqui a algum tempo, se quiserem entrar às nove e sair à uma entrar às duas e sair às seis, porque repare também só fica uma hora para comer, como lhe disse não estou a ver se o funcionário se comeu em trinta minutos se comeu em quarenta, não estou a fazer isso, confio plenamente nos funcionários e sei que são profissionais suficientes para cumprirem com a sua obrigação. No horário da jornada contínua, ainda bem que pergunta, a Câmara abre às nove, e o que são edifícios administrativos, e edifícios das obras fecham às cinco da tarde mas à hora do almoço está aberta, e há funcionários, vá lá, os que trabalham em regime de secretaria. Os externos os operacionais calceteiros, jardineiros, trolhas etc. entram às nove e saem às quatro da tarde. E, têm a tal meia hora de descanso, que eu sempre disse não é meia hora rígida, desde que eles façam o que têm a fazer não tenho problemas, porque há gente que vai comer a casa e só tem meia hora, há funcionários que vivem em Vimioso que vão a casa e só têm meia hora, mas eu acho muito bem que vão a casa, e mais, a lei diz que não podem ausentar-se do local de trabalho e ausentam-se, trabalham menos do que as quarenta. A lei permite a jornada contínua e, se qualquer munícipe vier à secção de águas ou à secretaria à uma da tarde a Câmara está aberta e antes não estava, entre o meio dia e meio e as duas a Câmara estava fechada. Esse é também um dos argumentos para a prática do horário da jornada contínua e, olhe que eu sei que em muitos servi-

ços públicos deste concelho há muitos funcionários que queriam ter a jornada contínua. Aliás até já corre o boato: se antes trabalhavam pouco agora ainda trabalham menos! Com esses comentários eu bem posso porque confio no profissionalismo dos funcionários da Câmara. Se calhar, são as “dores de cotovelo” de outros serviços. Mas, lá está, as autarquias têm autonomia e eu pratico este horário. Dizer-lhe, portanto, que todos os funcionários externos entram às nove e saem às quatro, os funcionários que estão em serviços mais internos, que é secretaria há uns que entram às nove e saem às quatro outros que entram às dez e saem às cinco, o que significa que a Câmara Municipal está ininterruptamente aberta das nove da manhã até às dezassete horas. Antes saíam às cinco e meia e se formos por o horário colectivo saem às cinco e meia que é esse o horário, portanto têm uma hora e meia para almoço, e agora têm meia, mas isto foi opção livre dos funcionários. Pode com toda a legitimidade, e eu aceito estas perspectivas dos sindicatos, dizer que é legal o acordo, é quando estiver homologado pelo Secretário de Estado pelo Governo. Há algum homologado? Não. Porque, o Secretário de Estado pediu um parecer à Procuradoria-Geral da República, isto é a verdade dos factos, ou seja, quem não teve providências cautelares e quem não está a cumprir as quarenta horas está em absoluta ilegalidade, e eu não quero estar mais na ilegalidade e tomei estas medidas a pedido dos funcionários. Porque, eu podia pôr o horário que durante uma semana pus enquanto eles decidiam o que queriam, e depois decidiram. Podia não voltar atrás, podia continuar com o horário até às seis da tarde, qual era o problema, podia perfeitamente, a Câmara de Braga está a praticar esse horário vai até às seis da tarde, há mais Câmaras a praticá-lo como o senhor José Freire sabe, portanto é a pedido exclusivo dos funcionários da Câmara. Mais abertura do Presidente da Câmara e do executivo para esta situação penso que não pode haver. Relativamente à questão que o senhor membro Jorge Fernandes levanta, quantos bebés são acompanhados no Centro de Saúde, quantos vivem cá permanentemente, é a velha questão, o que eu lhe garanto é que foi cumprido escrupulosamente o regulamento. Agora se há gente que faz habilidades e que usa isso! Pode haver gente que está no Porto ou em Lisboa, mas digo-lhe uma coisa, essas situações pontuais cada vez são menos e há gente que tem consciência e não fura estas questões do regulamento, que não as deviam furar, como eu tive consciência e como V.

Ex.<sup>a</sup> teve consciência, não o fiz, os meus filhos podiam-no ter recebido não o receberam não achava que era correcto, como as suas filhas não receberam e podiam-no ter recebido. Os meus filhos já nasceram dentro do âmbito da atribuição do bebé do ano, nunca o receberam porque acho que não era correcto, vai da consciência das pessoas. Agora se houver alterações ao regulamento, que não vejo que seja muito fácil, sempre podem vir para cá a residir permanentemente durante um mês e depois vai-se embora, faz o mesmo. Quem quiser furar o esquema da lei fura, agora, cada vez são menos casos na certeza de que a documentação entregue aquando da candidatura cumpre escrupulosamente o regulamento. Tem o atestado de residência que é o que é pedido, então qual é o documento oficial que atesta que a pessoa reside cá é o atestado de residência, se encontrarem outras fórmulas proponham altera-se o regulamento, nós estamos abertos a isso. Há outra questão do Centro de Saúde, como sabe há muitas mães de Argozelo, por exemplo, trabalhando em Bragança mas que vivem permanentemente em Argozelo, se calhar preferem que o bebé seja acompanhado no Centro de Saúde de Bragança. Não vamos permitir que esse não tenha direito ao prémio, e olhe há pessoas que não receberam que estão cá permanentemente mas que os filhos nasceram por exemplo no Porto, noutra hospital, registaram-nos lá, descuidaram-se ou a mãe não tinha a residência cá, não receberam. Esses deviam ter recebido mas o regulamento não o prevê, essa é a prova de que nós cumprimos escrupulosamente o regulamento. Se encontrarem outras fórmulas, vejam o regulamento, analisem-no, façam propostas de alteração ao regulamento. O que eu lhe digo é que o regulamento foi escrupulosamente respeitado, se houver alterações ao regulamento é uma questão de ver desde que o regulamento não infrinja normas legais. Estar a perguntar às pessoas, este não vive cá permanentemente e depois tem outra testemunha que diz que vive, isso não vale, valem documentos oficiais e é essa a questão que tem de ser resolvida. Penso que acabei por responder às questões que aqui foram colocadas.” -----

----- **Ponto Dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Municipal** -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Manuel Granado. Disse:” Começo logo aqui pelo artigo segundo no meu entender posso estar equivocado

creio que temos aqui, entre a alínea c) e a alínea d), uma redundância. A alínea c) diz assim: deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, de acordo, depois a alínea d) diz assim: deliberar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis bem como autorizar o lançamento de derramas. Não me pronuncio sobre derramas mas sobre a primeira parte, porque quer parecer-me que esta alínea d) já está implícita na alínea c). E mais, por acaso trago aqui um estudo encomendado por uma Câmara a um colega meu e que as competências da Assembleia não são só fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal, também são minorar, majorar taxas.” -----  
----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Se me permite aquilo que orientou a alteração deste regimento traduz-se essencialmente em dois pontos: manter em termos formais, de procedimentos, aquilo que existe no regulamento anterior e adaptou à nova lei a questão da composição dos membros da Assembleia das competências e esse artigo dois é precisamente a transcrição do artigo relativo às competências da Assembleia Municipal esse e os seguintes três ou quatro. Pode haver aí essa redundância, que existe, mas resulta da lei geral.” -----  
----- Usou da palavra o senhor membro José Manuel Granado. Disse:” Minorar e majorar até trinta por cento a taxa aplicável, a prédios inseridos mediante a Assembleia eu penso, mais não seja para esclarecer, fixar normalmente o valor da taxa do imposto municipal, não estamos só a pensar na alínea a) d) ou c) do IMI. Diz assim, actualmente a taxa do imposto de prédios é de zero oito para os rústicos e zero três zero cinco para os urbanos. Mas além disso, há casos especiais em que a Assembleia também se pode pronunciar em que em determinadas circunstâncias, esta taxa, dos dois por cento ou zero três melhor dizendo, possa ser majorada ou minorada até trinta por cento, também é uma das competências da Assembleia. No caso da reabilitação urbana, pode ser minorada até vinte por cento, na Assembleia Municipal, e por aí fora. Portanto, não é só fixar a taxa entre o zero três e o zero cinco, como discutimos isso já da outra vez e como bem dissemos todos, se nada dissermos é a mínima. Não estou a falar de taxas estou a falar de poderes tributários, a taxa não é um imposto, o poder tributário das autarquias para efeitos de IMI, a alínea c) engloba tudo, deliberar do poder tributário do município conferidos por lei. Isto é a minha interpretação não quer dizer que esteja mal, está-me a parecer que

há aqui uma duplicação.”-----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” o regimento não deve prever estas situações, as competências em concreto legislativas neste caso da Assembleia Municipal já resultam da lei só que, desde sempre a orientação seguida na elaboração do regimento foi fazer referência às competências. E entendeu-se manter essa nomenclatura do regimento sendo que, como disse manter-se o conjunto das formalidades que o regimento anterior prevê, apenas adaptação à lei actual regime jurídico das autarquias locais no que diz respeito à composição e competências. E as referências que o regimento anterior faz à lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove que era o estatuto anterior das autarquias locais passam agora a ser feitas para a lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro. No fundo foram as alterações verificadas.”-----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimentos / intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação (enviada antecipadamente). Não houve intervenções / pedidos de esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa propôs e foi aceite por unanimidade que os pontos dois três, dois quatro e dois sete fossem discutidos em conjunto, sendo que a votação se faria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação da modificação número:2 – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de 2014** -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da modificação número:4 – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano Financeiro de 2014.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Concurso Público para a Prestação de Serviços de “Exploração e Manutenção de todas as Estações de Tratamento de Águas Residuais e Estações Elevatórias a elas associadas do Município de Vimioso – 3 ETAR”S Clássicas, 25 ETAR”S Compactas e 14**



**Estações Elevatórias – Autorização da Assembleia Municipal, e Concurso Público para Fornecimento de Energia Eléctrica para Instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BTE e BTN), Iluminação Pública (IP) e Instalações Sazonais (BTN-Sazonal) do Município de Vimioso – Autorização Prévia da Assembleia Municipal. -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como sabem quando se trata de compromissos plurianuais têm que haver autorização prévia da Assembleia Municipal. O que acontece é que nós lançamos dois concursos e ainda não foram postos na plataforma porque precisam desta autorização prévia. O primeiro concurso respeita a tudo o que é tratamento dos esgotos das ETAR”S compactas e elevatórias que está a ser feito pela AGS, entretanto foram-se fazendo outras elevatórias e fazia-se um contrato particular com a AGS. Nós conseguimos que estes contratos terminem todos no final deste ano, o que significa que no dia um de Janeiro de dois mil e quinze vai estar em vigor o novo contrato resultante do concurso que agora queremos lançar. Trata-se de contratos de concursos públicos internacionais porque é superior aos trezentos mil euros, o valor que estamos a colocar é aquele valor que praticamos actualmente. Tivemos necessidade, quer na modificação número dois para a iluminação pública, quer na modificação número quatro, que diz respeito exactamente à rede de esgotos, de integrar os anos seguintes, isto é ele tem cabimento para este ano mas a lei obriga-nos a que haja cabimento para os dois anos seguintes. A lei impõe que estes contratos só podem vigorar por três anos, o que significa que se calhar daqui a dois anos temos que estar a lançar novamente para vigorar no início de dois mil e dezoito. O que nós estamos aqui a pedir, no dois ponto sete, é a autorização prévia para lançar estes concursos. O que estamos a pedir no dois ponto três e no dois ponto quatro é exactamente inscrever nos anos seguintes, ou seja em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis e seguintes as verbas respectivas para poder cabimentar estes contratos. Quando assinarmos o contrato, quem ganhar o concurso, tem que haver cabimento para esses três anos e tem que estar cabimentado para lançar o concurso é sucintamente, isso que trazemos aqui à Assembleia. -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimentos o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação tendo sido, todos eles, aprovados por unanimidade. Colocados à votação em minuta foram

todos aprovados por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” o que se pretende não é alteração do regulamento do Conselho Municipal de Segurança, este regulamento foi aprovado em Setembro de mil novecentos e noventa e nove, é adequado, correcto que, no início de cada mandato, reúna o Conselho Municipal de Segurança. Nos termos do regulamento, o Conselho Municipal de Segurança toma posse perante a Assembleia Municipal. É evidente que a Assembleia Municipal pode delegar essas competências no seu Presidente e em concreto pretende este executivo municipal reunir o Conselho Municipal de Segurança. Pretende-se que a Assembleia Municipal delegue os poderes, para a tomada de posse, no senhor Presidente da Assembleia Municipal, para aquando da marcação da reunião os seus membros tomarem posse. No fundo é aquilo que se pretende com este ponto.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Freire. Disse:” Se está formado queria pedir aqui um esclarecimento no artigo quarto, (quem compõe este Conselho), diz o seguinte: na alínea j) os responsáveis das seguintes associações económicas patronais e sindicais. Queria perguntar se os sindicatos foram ouvidos nisto e quais foram porque eu faço parte também da união dos sindicatos e em todos os Conselhos chegou lá alguma coisa e da minha Câmara não chegou.” -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” O objectivo não é alterar o regulamento é reunir o Conselho Municipal de Segurança. Nos termos do regulamento ele toma posse perante a Assembleia Municipal. Parece-nos exaustivo estar a convocar todos os membros do Conselho, para estarem presentes numa sessão da Assembleia Municipal. Por conseguinte se requer à Assembleia Municipal que delegue poderes no senhor Presidente da Assembleia Municipal para em próxima reunião dar posse aos membros do Conselho.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Serafim João. Disse:” No contexto que aqui somos chamados para nos pronunciar, é apenas, e como bem disse o senhor Vice-Presidente, para delegar competências no senhor Presidente da Assembleia Municipal para dar posse aos elementos que fazem parte deste Conselho Municipal de Segurança. Acontece porém que esse Conselho Muni-

cipal vai ter que reunir entre eles porque há aqui algumas alterações pontuais a fazer, nomeadamente o caso do Agrupamento de Escolas que efectivamente agora já existe e em noventa e oito não existia.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Dois Ponto Seis) – Conhecimento da “ Resolução – Cuidados de Saúde e Financiamento da Unidade Local de Saúde do Nordeste. -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como já lhes disse na primeira intervenção em que estava a responder às intervenções feitas por V. Ex.ªs, a Câmara Municipal de Bragança, o senhor Presidente, apresentou esta moção e digo-lhes a CIM também está com este processo mas achou que devia ser a Câmara de Bragança até porque é lá que está a direcção da ULS. O que aí se pede fundamentalmente é que se tenha em consideração a tal capitação que tem cento e quatro euros por pessoa (por utente) inferior à do Norte Alentejano e obviamente que a internalização da análises pare. Em reunião de Câmara também a subscrevemos e a reencaminhamos para essas entidades. Entretanto já decorreu a reunião com o senhor Ministro da Saúde mas, uma vez que a Câmara Municipal de Bragança a submeteu a esta Assembleia é para que os senhores membros tenham conhecimento, e depois também junto das populações possam explicar melhor a situação que se está a viver e aquilo que pretendemos.” -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito) - Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

----- Usou da palavra o senhor membro Serafim João. Disse:” Era uma questão pertinente que queria colocar à Câmara Municipal de Vimioso e ao executivo. Uma vez que, provavelmente não iremos reunir antes do vinte e cinco de Abril, e uma vez que este ano se celebram os quarenta anos da democracia em Portugal e, contrariamente ao que alguns apregoam que a democracia está em crise, penso que essa não deve estar pelo menos a nossa Assembleia Municipal não está em crise muito menos o nosso concelho. E queria saber se é do interesse ou se há a hipótese para celebrarmos essa data dos quarenta anos, se a Câmara está a pensar ou a Assembleia Municipal em fazer uma Assembleia Extraordinária para esse efeito e podermos assim comemorar de uma forma mais viva, estes quarenta anos de democracia em Portugal.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Eu dava uma sugestão: é que no dia vinte e cinco de Abril fosse a sessão ordinária que assim poupamos dinheiro à Câmara e fazíamos isso tudo. Nós podemos organizar juntamente com a Banda Filarmónica por exemplo tocar o hino nacional mas fazíamos a sessão ordinária de Abril nesse dia. Temos que fazer uma sessão ordinária em Abril e eu acho óptimo fazê-la aí e assim poupamos dinheiro à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal e a todos os contribuintes.” ----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse:” Este assunto deixa-me aqui algumas dúvidas. Esta proposta do senhor Presidente da Câmara deve ser aprovada por nós, eu posso decidir mas eu gostaria da vossa anuência. Alguém vota contra o fazer-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal no vinte e cinco de Abril? Alguém se abstém? Aprovada por unanimidade. É no dia vinte e cinco de Abril que se faz a sessão ordinária, é no dia vinte e cinco de Abril que a nossa Banda vai tocar e penso que toda a gente gostou muito.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse:” Regressando ao assunto que recomecei aqui há bocado, queria deixar aqui algumas considerações depois da argumentação do senhor Presidente, estando de acordo com alguma coisa que ele disse, não com tudo. Ou nos quer esconder alguma coisa ou não foi bem informado pelos chefes de divisão. O primeiro ponto é este os funcionários da Câmara assinaram a futura proposta de horário contínuo dia vinte e dois de Janeiro, e nós apresentamos o nosso abaixo-assinado muito antes. Isto que fique claro e quem quiser cópias está aqui escrito. Os senhores que patrocinaram esse abaixo-assinado foram, salvo erro, António Alberto Coelho, Manuel Miranda e Orlando Moscoso. E como eu disse assinaram sob pressão se não não assinavam um documento a desfazer-se dele que não tinham assinado. Há outra coisa que eu quero que fique aqui bem claro, nós sindicato o qual eu represento, não estamos aqui a questionar o horário contínuo ou não, nós no nosso projecto de acordo também temos o horário contínuo, o que nós estamos aqui a defender é o horário das trinta e cinco horas. E fico com muita pena quando ouço funcionários dizer aqueles também fazem quarenta, não dão novidade nenhuma porque os funcionários da Câmara de Vimioso também estão a fazer quarenta. Também estão a fazer quarenta, não estão a fazer trinta e duas e meia como pessoas com alguma

responsabilidade querem fazer passar. Os funcionários da Câmara de Vimioso estão a fazer quarenta horas de trabalho e eu fico triste quando pessoas têm o descaramento para dizer o contrário. Não vou citar nomes quando for preciso também os cito, que essas pessoas elas próprias deviam ter vergonha de chegar ao pé de alguns funcionários e de lhe dizer isso. Eu só queria aqui ler um bocadinho da lei: a jornada contínua é uma modalidade dos horários de trabalho consagrada já há longos anos particularmente desde a vigência do Decreto-lei 259/98 de 18 de Agosto, sendo disciplinada nos termos do artigo dezanove conjugado com o artigo vinte e dois do citado diploma. Portanto o que os funcionários da Câmara de Vimioso estão a fazer é o horário de quarenta horas e a lei permite que seja reduzido por fazer horário contínuo uma hora e meia hora de descanso obrigatório que conta como tempo efectivo de trabalho. Não vale a pena estarmos a empurrar os problemas com a barriga para a frente, porque isto é um problema social que nós temos de assumir, e eu mais uma vez lanço o repto aqui ao senhor Presidente e a esta Assembleia. Nós aqui não estamos a discutir a medida nem o senhor Presidente quero que também aqui seja dito assim como o senhor Presidente e eu como funcionário tenho que o dizer. O senhor Presidente que cessou funções neste mandato nunca fez essa pressão sobre os funcionários no horário, sempre que há qualquer motivo seja um funeral, seja um assunto a tratar e eu como encarregado da Câmara sempre nos foi dito que facilitavam e temos a idoneidade suficiente para fazer isso. Também temos que o dizer aqui e para isso os sindicatos também estão. Agora o senhor Presidente disse-nos uma coisa e eu irei transmiti-lo aos funcionários como sindicalista, é a favor das quarenta horas de trabalho e até aqui não nos tinha dito isto. Foi lá em cima aos funcionários e disse se não fosse necessário que mantinha as coisas igual, é nesse ponto que nós estamos aqui e eu agora como elemento da Assembleia, neste ponto que eu estou a dizer aqui que há possibilidades de chegarmos a um consenso. Se há democracia vamos comemorar o vinte e cinco de Abril aqui com uma sessão solene aqui na Assembleia. Acho que se estamos em democracia devemos dizer as nossas opiniões e é aqui nestes pontos e neste sítio que as devemos ter. Só para terminar digo isto, o sindicato o que defende e vai defender enquanto existir é o horário das trinta e cinco horas de trabalho semanal e sete por dia porque o que tem sido feito aos trabalhadores tem vindo no sentido de desvalorizar o trabalho e de os

pôr a trabalhar cada vez mais tempo e por menos dinheiro. E o sindicato como é uma associação de classe e uma associação que vem da liberdade, quando pede isto pede para todos os trabalhadores, não pede só para os do sindicato. E não é por acaso que a maioria dos municípios do país já assinou este acordo, Lisboa, Porto. Loures, Vila Nova de Gaia portanto cento e noventa municípios já assinaram o acordo. Espero que haja bom senso para pensar nisto, e nós se tivermos os trabalhadores da Câmara motivados vão render mais e a Câmara vai ter lucro com isto. Os funcionários se lhe for dito assim, vocês ou fazem quarenta horas ou fazem a jornada contínua, eu também prefiro a jornada contínua. Mas há outra forma de ficarmos dentro da lei que é o acordo colectivo de trabalho em empresas públicas.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Nós fazemos estas discussões porque todos nós nos sentimos afectados e prejudicados por medidas que têm sido tomadas pela Troika e por um governo que vai para além da troika. Eu acho aqui uma diferença significativa em relação a posturas que tem havido entre o passado desta Assembleia Municipal e o presente. No passado havia governos do Partido Socialista eram vários os membros que vinham para aqui criticar as medidas ou várias medidas do governo. Neste momento todos nós estamos afectados, funcionários públicos, reformados, toda a gente, empresas, próprios eleitos, todos nós somos afectados no nosso rendimento e aqui toda a gente parece que está tudo bem e ninguém fala dessas questões. A culpa não é da Câmara é da Assembleia. Só para notar uma diferença em relação a posturas anteriores quando outros governos estavam no poder. Zona industrial de Vimioso, neste momento existem um, dois, três investimentos em curso se a memória não me falha, novas empresas em curso. Uma é uma agro-indústria, outra penso que será um armazém e outra ao meu lado ainda não sei o que é. Na altura quando houve o pedido de aquisição daquele terreno na zona industrial fui muito claro, a empresa em causa pediu dentro de três para que a Câmara lhe atribuisse um terreno e a Câmara decidiu, os Vereadores presentes e o Presidente da Câmara na altura presentes nessa reunião, decidiram atribuir o lote número dezanove, que é o lote que está entre duas empresas que já estão a trabalhar e a meu ver e bem. O proprietário do lote número dezoito quer expandir e pelos vistos tem alguma dificuldade em expandir e precisa de terreno e não tem. Onde é que eu quero

chegar com isto, já falei nisto várias vezes, que aquelas empresas que já estão a trabalhar no terreno deve-se ter maior atenção na questão da organização e na distribuição dos lotes na zona industrial e no critério de atribuição dos lotes. Bem sei que um dos critérios de atribuição são os postos de trabalho criados, actividade e por aí fora, e assiste-se na zona industrial a armazéns que estão permanente fechados de manhã à noite e ninguém lá vai. Portanto tenham algum cuidado, eu na altura falei que a localização desse possível armazém dessa empresa entre duas empresas que já estão a trabalhar não seria a mais indicada quando a empresa em causa pediu à escolha três terrenos, e foi-lhe atribuído aquele terreno no meio de duas empresas que já estão a trabalhar. Esta questão que eu levanto aqui é para que se tenha atenção se avalie bem quem já está a trabalhar e que se dê possibilidade àquelas empresas de se expandir que já mais de cinco anos que estão no terreno a trabalhar. O senhor Presidente da Câmara respondeu-me que é do meu conhecimento que essa feira (Nanterre) é organizada pela Associação da Terra Fria, pois bem sei, se é a Associação da Terra Fria, a Câmara Municipal enquanto membro dessa associação se ano após ano não há convite aos produtores do concelho para participarem nessa feira, e se essa associação está presente todos os anos, penso que é chegada a hora de também os produtores de concelho serem chamados a participar nessa feira. Expo -Trás-os-Montes: nos modelos em que está a ser seguida, a Câmara financia e bem a iniciativa mas é uma iniciativa, desde já digo para que possam negociar melhor e configurar melhor o formato desse evento para futuro, que para os produtores o resultado é praticamente zero, pelo menos no meu caso. As vendas que se fazem não dão para cobrir as despesas de deslocação para Bragança e as refeições de algum funcionário, ou eu próprio, que esteja no stand. Porque não fazer a Expo -Trás-os-Montes por exemplo no Porto ou em Lisboa, que é onde há gente para consumir os nossos produtos. Na BTL sim, acho que devem estar presentes os produtos do nosso concelho presentes não só o mel mas também outros produtos. A questão de um evento no concelho alusivo à carne e a questão dos financiamentos, o programa PRODER e os dirigentes da cooperativa bem sabem e publicaram livros no âmbito de programas de apoio, entre outras acções, bem sabem que existem programas de apoio que podem financiar as iniciativas de promoção dos produtos autóctones e locais. Porque não, com o novo quadro

comunitário de apoio, delinear e planear já uma candidatura para realização do certame e aí acho muito bem. Venho sugerir que trabalhem uma candidatura nessa temática e o encargo é mais reduzido, é bom para o concelho, é bom para os operadores em causa.” ----- Usou da palavra o senhor membro José Granado. Disse:” Como sabem aproxima-se a campanha do IRS que muita gente terá de fazer, foi percepção minha que em reuniões que aqui tivemos que os senhores presidentes da junta o ano passado ajudaram bastante e acompanharam os contribuintes que necessitavam para preenchimento de declarações e tudo isso. Queria-vos dizer que eu estou disponível, senhores presidentes da junta, como qualquer outro, em dar o meu contributo e auxiliar-vos naquilo que eu souber. Estejam à vontade quem quiser o meu contacto, alguns já o têm e os que não o têm posso fornecê-lo. Eu posso ajudar-vos se vocês assim o entenderem e se for da vossa vontade, e se continuarem a prestar aquele serviço tão bom que alguns fizeram o ano passado o quanto me foi dado saber. Outra coisa eu queria chamar aqui atenção, não é bem atenção é uma recomendação para o artigo número trinta e três do novo Orçamento do Estado que tem a ver com as nossas senhas de presença, que alterou bastante os limites. Alguns estaríamos abrangidos outros não estariam e agora o universo das pessoas fica abrangido. E então diz aqui no ponto três e cada um (quer-me parecer que nós não estamos a cumprir bem isto), as pessoas que estão referidas no número anterior que são uma série delas, prestam em cada mês, relativamente ao mês anterior, as informações necessárias que os órgãos e os serviços processadores de remunerações, gratificações ou outras prestações peculiares possam apurar a taxa de redução aplicável. Há casos que têm os doze por cento outros é uma taxa que vai variando. As entidades processadoras dos vencimentos, no caso da minha, tem necessidade que a Câmara, quando me processar a senha de presença do mês de Fevereiro, me mande uma declaração de quanto eu recebi que é para eu comunicar à minha entidade pagadora para eles fazerem o recalculo, no meu caso não se aplica muito, mas há casos aqui que sim. Suponhamos que eu ganho mil euros descontam-me vinte e cinco por cento mas os sessenta ou setenta que eu receber da senha de presença passo para mil e setenta já tem que me descontar mais meio por cento, mais meio por cento não sobre o da Câmara mas sobre o meu vencimento. A Câmara, penso que bem, a Câmara de Vimioso está-nos a exigir



os vencimentos para nos fazer o corte. Agora há Câmaras que não o fazem mas o problema é deles. Quanto ao IRS podem contar comigo para aquilo que quiserem todas as pessoas quer a nível das juntas de freguesia quer a nível particular.” ----- Usou da palavra o senhor membro Serafim João. Disse:” Só para não ferir susceptibilidades e não pôr ninguém em causa, queria só aqui dizer ao senhor membro Jorge Fernandes que nos anos anteriores nunca púnhamos em causa os cortes que nos faziam e as confusões que nos faziam ter os governos centrais. Se calhar também estamos nós a apanhar agora um bocado por tabela, desculpando o termo, daquilo que não foi feito ou foi desperdiçado até aqui. Se calhar agora estamos a pagá-las bem caras. Acho que isso não é assunto para termos agora aqui em conta porque nós aqui nunca prejudicamos ninguém, se o governo central prejudica porque eles têm que ser responsáveis e nós aqui é que as levamos.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Eu só gostava de dizer, fazer aqui uma referência ao que disse o senhor membro Jorge Fernandes relativamente aos lotes da zona industrial. Quero dizer, porque é uma situação que se passou no meu tempo ainda, aquele lote que foi lá construído foi você que autorizou a que fosse para lá a senhora que era uma senhora de Angueira, não sei se recorda, está a falar nesse lote. Mas, eu pedi-lhe telefonei-lhe a si e você disse, pronto se é para montar já, eu não sei quando vou montar ceda-lhe o lote. Não foi na reunião eu telefonei-lhe a si e disse-lhe há uma senhora de Angueira que é da sua terra que quer fazer aqui investimento. Respondeu-me: eu neste momento não sei quando vou fazer o investimento, ceda-lhe o lote. Foi você que me disse isso. De qualquer das formas eu na altura própria quando lá estive, nós tínhamos e temos muitos lotes que o senhor Presidente de Câmara ainda não cedeu, temos muito terreno atrás quer da fábrica da cortiça quer do seu terreno se quiser alargar há de facto muito terreno atrás para alargar e penso que o senhor Presidente de Câmara actual que o pode fazer novamente. Mas isso nós não podemos adivinhar nem nos podem imputar culpas por isso. Gostaria eu de ter todos aqueles que se comprometeram a construir aqui há nove anos, que tivessem construído. Construíram se calhar dez por cento daqueles que se comprometeram, mas a nossa intenção era que tivesse acontecido, que tivesse mais sucesso. Não teve não por nossa culpa, nós sempre tentamos e foi uma

das batalhas que tivemos. De qualquer das formas, e ao tempo de crise que houve durante estas últimas décadas, acho que não correu tão mal como isso.”

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Relativamente à intervenção do senhor membro José Freire, ele conhece aquilo que vou dizer: a Câmara Municipal de Vimioso o senhor Presidente e o executivo tem sempre demonstrado muita abertura na recepção aos sindicatos, na aceitação das propostas que ao longo dos anos ou dos problemas que ao longo dos anos têm sido apresentados. Sendo que, como bem referiu o senhor membro Heleno Simões, aquando do início das negociações logo na primeira reunião foram levantadas as questões do novo horário de trabalho e da necessidade que havia em implementar o novo horário de trabalho. Legitimidade ou não as razões justificam ou não o novo horário de trabalho não são do âmbito do município, mas sim de uma actividade legislativa da Assembleia da República que nós não podemos por em causa. E fomos protelando no tempo a entrada em vigor, digamos assim, do novo horário de trabalho, conversamos sobre os contratos colectivos de trabalho, disse logo numa fase inicial que não seria fácil implementar um contrato colectivo de trabalho na Câmara de Vimioso, assim como não tem sido noutras, porque há pareceres que dizem que os contratos colectivos de trabalho apenas vinculam os trabalhadores sindicalizados. Há mais do que um parecer da Associação Nacional de Municípios e da CCDR e portanto que a adesão ao contratos colectivos de trabalho não seria tarefa fácil como hoje, passado três meses, está demonstrado porque ainda não houve homologação de um contrato colectivo de trabalho. Ainda assim não tomamos posição até Fevereiro sobre o horário de trabalho, e levanta-se esta questão na Comunidade Intermunicipal de que é necessário aderir ao novo horário de trabalho. Não havendo unanimidade na CIM cada um dos municípios agiu da forma que entendeu mais adequada para salvaguardar os interesses dos trabalhadores e para salvaguardar a entrada em vigor da lei. Municípios houve que em Novembro introduziram o novo horário de trabalho e o sindicato interpôs providências cautelares. O senhor José Freire referiu que a Câmara de Vimioso está a cumprir o novo horário de trabalho referiu e bem, está a cumprir o novo horário de trabalho, só não compreendo porque não interpôs uma providência cautelar, se aderimos ao novo horário de trabalho devia ter interposto uma providência cautelar, se calhar nós até ficávamos

satisfeitos porque continuávamos no regime anterior mas não interpôs providência cautelar. Possivelmente sabe, porque sabe que os trabalhadores aceitaram esta solução, e foi iniciativa dos trabalhadores e agrado dos trabalhadores porque se não teria proposto a providência cautelar.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Relativamente ainda sobre esta questão dizer o seguinte: não sei, não percebi muito bem de que o senhor José Freire terá dito que eu era a favor das quarenta horas de trabalho. Não sou. Se entendeu isso, não sou. Agora não me peça para não cumprir a lei, não me pode pedir isso, acho que nem é correcto. Eu estou a cumprir a lei, e diga-me se os outros municípios que ainda não têm homologado o acordo colectivo se estão a cumprir a lei, não estão, é obvio que não estão. E eu tenho em minha posse parecer da Associação Nacional de Municípios que diz, como disse o senhor Vice-Presidente que só vincula os que estão sindicalizados. Mas essa é uma associação, tem o efeito que tem, a associação não é vinculativa. O da CCDR é vinculativo, e da CCDR eu tenho informação de que é para cumprir o horário e que o acordo colectivo só se aplica aos sindicalizados, e nesta Câmara Municipal como sabe são trinta por cento, tem cento e vinte funcionários portanto serão trinta a quarenta que estão sindicalizados, há muitos mais que não estão. Repare, eu não sou a favor porque eu não acho que aumente produtividade nenhuma, se eu fosse a favor e não quisesse, se eu fosse a favor não punha a jornada contínua, não acha? Agora, disse bem ou têm a jornada contínua ou têm as quarenta horas que é isso que diz a lei. Nós estamos a cumprir a lei, disse bem, eles estão dentro da lei das quarenta horas, é verdade e eu fico satisfeito porque estou a cumprir a lei. Desculpe, mas já viu alguma Câmara legal dentro disto, já conhece o parecer da Procuradoria-Geral da República, conhece-o? Ainda não foi dado! Com as decisões dos outros bem eu posso, diz que são cento e noventa mas, são trezentos e oito os municípios, mas os outros são o quê, disse que eram cento e noventa e dos cento e noventa para os trezentos e oito, ainda vão cento e dezoito que não têm o acordo. Mas, sinceramente, diga-me, podemos falar abertamente, é legal neste momento esse acordo para praticar as trinta e cinco horas enquanto não estiver homologado pelo governo. É legal? Eu fiz-lhe uma pergunta, é legal? Eles assumem, os Presidentes de Câmara, só estou a perguntar se é legal. Porque os Presidentes de Câmara quiseram

que fosse, porque os Presidentes de Câmara assim o quiseram, espere aí mas não diz a lei que tem de ser homologado pelo governo? Já foram homologados? Então pronto, estão todos ilegais até agora para os que estão a cumprir as trinta e cinco horas, é essa a diferença, entre a legalidade e a ilegalidade. Porque se for legal só será quando o governo os homologar, mas tem que aceitar que até agora esses municípios estão na ilegalidade, não estão a cumprir a lei uma lei da República. E nós deixamos avançar o processo, não se esqueça que se comprometeu a apresentar uma proposta dez dias depois da reunião e não a apresentou, e então porque é que não o fez, porque é que deixou que a Câmara de Vimioso, à qual pertence, estivesse mais um mês e meio ou dois na ilegalidade. Mas, senhor José Freire, quem é que está a cometer a ilegalidade, não cumprindo as quarenta horas, diga-me quem é que está a cometer a ilegalidade, são os trabalhadores? Não. É o sindicato? Não. É o Presidente da Câmara. Nem sequer é o órgão Câmara é o Presidente da Câmara. Não me peça para cometer estas ilegalidades. E já agora levantou aqui questões falou aqui no senhor Eng. Pinto, Eng. Moscoso e no senhor António Coelho que o fizeram sobre pressão, eu acho que eles devem ter conhecimento disso mas há aqui mais funcionários eu não sei se assinaram sobre pressão ou não. Agora que eu aceito que entre trabalhar até às seis ou trabalhar até às quatro ou às cinco que é melhor, claro que é, mas qual é a alternativa legal neste momento? O senhor falou que o anterior Presidente da Câmara dava-lhe, eu também o dou, oiça pode ter a certeza de uma coisa, estou aqui para ser o maior amigo dos funcionários, sabe porquê porque eu sendo amigo deles correm melhor as coisas na Câmara Municipal e é isso que eu quero. Eu nunca pressionei nenhum funcionário a nada e sou amigo deles, agora estar aqui a dizer que há pressão, não é correto. A mim disseram-me, é ou não verdade, que o abaixo-assinado que recolheram que disseram que era para entregar na Assembleia da República, que era um abaixo-assinado a nível nacional, é ou não verdade. São os funcionários que o dizem, desculpe, agora ou mentem os funcionários ou mente quem recolheu as assinaturas. Alguém mente. Ó senhor José Freire eu também me empenho, se os funcionários o quiserem, não é se o sindicato quiser, porque a maior parte dos funcionários não são sindicalizados. O senhor aqui só representa trinta e tal funcionários que estão sindicalizados, cinquenta e dois, e quantos tem mais a Câmara tem cento e vinte, portanto nem metade

representa dos funcionários, portanto desculpe, ou é a vontade dos funcionários e respeitarei sempre como respeitei até agora a vontade dos sindicatos, mas não diga que representa os funcionários todos porque não representa, ficamos claros sobre esse assunto. Relativamente ao senhor membro Jorge Fernandes, zona industrial de Vimioso atribuição de lotes. Eu penso que se referiu a empresa do senhor Eduardo Gonçalves e do filho que queria expandir-se. Já lhe foi vendido o lote ao lado e o que o senhor Eduardo Gonçalves quer, e fui lá eu próprio porque me preocupo com o desenvolvimento económico, e outro lote só para armazenar cortiça não é para fazer pavilhão. Há-de compreender, e disse-lhe, eu lá em baixo tenho lotes se quiser armazenar, deixe-me ver como é a evolução da construção ou não de outros lotes e depois veremos. Mas concorda que se atribua um lote daqueles só para armazenamento de cortiça? Pronto, então a explicação está dada, ainda bem que não concorda. Eu fui lá ao local, relativamente à investidora são dois sócios que está entre o seu investimento e o da cortiça, a informação que me foi dada, porque eu perguntei, fui eu que disse ao senhor Eduardo fale com a senhora a ver se lhe vende que nós autorizamos. Só que a senhora está à espera da certificação que demora muito tempo, que acho que é por um instituto qualquer, porque ela quer fazer materiais de construção tradicionais, tipo tijolos. Ela quer fazer isso e tem de ter a certificação de que eles podem ser usados, em termos de resistência, para a construção, imagine que lhe vêm dizer que não é certificado, continua? Não. Ela se calhar deparou-se com esse problema depois e V. Ex.<sup>a</sup> sabe qual é o problema hoje para esperar pelas certificações. Ainda na semana passada eu falei com um dos sócios e perguntei: mas então nunca mais avançam? Estamos à espera da certificação dizem-nos que está tudo a correr bem se calhar vamos avançar. A sua intenção foi no sentido de dizer que estávamos a atribuir um lote que está ali há um ano com o telhado, foi o que disse, e relativamente à atribuição de lotes como vê nós fizemos aquela entrada para facilitar, porque há lá mais investimentos. Acompanhamos exactamente essas pessoas, desloquei-me pessoalmente às instituições para conseguir os pareceres o mais rapidamente possível. É essa a minha obrigação e é isso que vou continuar a fazer porque quantos mais investimentos eu vir na zona industrial tanto melhor. Se há lá outros que têm as coisas fechadas, olhe infelizmente, mas o quê que eu posso fazer? Se há um regulamento de atribuição

de lotes, temos de atribuir lotes a quem lá quer construir para esta ou para aquela unidade, mas é evidente que, se me disserem, mas não era melhor este tipo de investimento? Era, mas eles, infelizmente, ainda não apareceram, se aparecerem ótimo. Há agora um investidor que quer investir não é na zona industrial é em Algosos estou a acompanhá-lo quase permanentemente para que ele não fuja, portanto é isso que eu quero fazer. Já lhe dei a informação toda e já me disponibilizei para ir a todo o lado com ele para que ele possa fazer o investimento, é essa a prioridade do concelho. Relativamente à Expo Trás-os-Montes e à questão que levantou de fazer no Porto. Numa reunião da CIM, esteve uma representante do NERBA exactamente para expor a questão da Expo Trás-os-Montes porque eles até lançaram o desafio para cada município, se o quisessem, fazer a exposição, só que tínhamos que nós pagar quase tudo e eu não estava a ver que os municípios quisessem. Nós temos vindo a dar dois mil e quinhentos euros para a Expo Trás-os-Montes e ainda vai lá a Banda de Música e o Rancho. Temos despesas, mas queremos promover o concelho e nós sempre dissemos que essa quota, ou esse apoio que dávamos era no sentido de isentar os expositores de Vimioso de pagarem. Portanto, essa quota serviu para que os expositores de Vimioso não pagassem, no segundo ano assim foi. O que eu vim a saber é que os municípios da Terra Quente, quem paga é a DESTEC que corresponde à nossa CORANE. Paga dois mil e quinhentos pelos quatro. Está a ver, às vezes o NERBA também não diz logo tudo, tenta apanhar o máximo possível. O que eu lhes disse foi: este ano, se for para continuar da mesma forma, porque já tinha esse feedback, não estamos disponíveis para dar dois mil e quinhentos euros. Explicar-lhe que, exactamente, fizemos isso. E a propósito da CIM relativamente à Expo Trás-os-Montes, se é para nós mostrarmos o que somos lá fora, então era melhor ser feita fora do distrito, fosse no Porto, fosse em Lisboa ou fosse onde fosse. Já há colegas que têm alguma experiência, porque o Presidente da Câmara de Mirandela na alfândega do Porto fez lá a exposição da alheira, foi o que ele disse, gastei isto, gastei aquilo eu quis promover e alguns venderam. Obviamente que isto traz custos. Mas na CIM, ainda ontem estávamos a discutir o plano de desenvolvimento integrado para a CIM uma das prioridades é a promoção dos concelhos conjunta, e é a participação em feiras seja onde for, estamos atentos a isso. Relativamente ao senhor membro José Granado acho

que é de louvar essa disponibilidade que já é característico dele ajudar e colocar-se à disposição. Relativamente ao pagamento das senhas nós estamos a cumpri-lo porque também fomos alertados para essa situação da questão de descontar e não descontar, até me lembro que o senhor vereador Dr. Heleno que disse: olhe a mim descontem-me sempre o máximo já não entrego cá mais nada do vencimento porque a mim vai dar-me sempre no máximo! Mas, é obrigação daqueles que são funcionários públicos, isto aplica-se aos funcionários públicos e aposentados da função pública que devem dar conhecimento também aos serviços da Câmara, aliás penso que os serviços da Câmara tem-nos pedido, por exemplo a Assembleia foi em Fevereiro devem dar conhecimento do que receberam em Fevereiro, depois eles comunicam à entidade.” -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** ----- Não houve intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas treze horas da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

---

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

---